



Mestrado em Comunicação e Media

**As ações de difusão dos arquivos nacionais
do Brasil e de Portugal: estudo comparativo a partir
do modelo arquivístico francês**

Priscilla Marchiori dos Santos Wellausen

Leiria, abril de 2020



Instituto Politécnico de Leiria

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Mestrado em Comunicação e Media

Dissertação de Mestrado

Título: As ações de difusão dos arquivos nacionais do Brasil e de Portugal: estudo comparativo a partir do modelo arquivístico francês

Autor: Priscilla Marchiori dos Santos Wellausen

Número de estudante: 1171094

Orientadores: Professor Doutor Fernando Magalhães e Professor Doutor Marco Gomes

Local e data: Leiria, abril de 2019

AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos vão, sem dúvida, para os meus pais, Cláudia e Luís, os meus exemplos de vida e porto seguro, que sempre acreditaram e me apoiaram em todos os momentos, mesmo à distância. Agradeço ao meu marido, Rodrigo, pelo apoio e compreensão nas minhas ausências enquanto me dedicava a este trabalho. Sou grata, também, às amigas que conquistei durante o curso e que tenho a certeza de que levarei para a vida, Betina Broch e Tchéri Neto. Agradeço especialmente ao Professor Doutor Marco Gomes e ao Professor Doutor Fernando Magalhães não só pela orientação neste trabalho, mas por toda a paciência e dedicação neste período mais desafiador do curso.

RESUMO

Este trabalho pretende estudar as práticas de difusão levadas a cabo pelo Arquivo Nacional do Brasil e o Arquivo Nacional Torre do Tombo, tendo como referência o modelo desenvolvido pelos Arquivos Nacionais de França. A opção pelo caso francês decorre do facto de que, no âmbito da literatura especializada, considera-se consensual atribuir o pioneirismo aos Arquivos Nacionais de França em matéria de organização, difusão e histórico de políticas públicas orientadas para aproximar os acervos públicos da comunidade

A metodologia consiste num estudo empírico comparativo, de carácter qualitativo, do objeto de estudo, assente numa abordagem exploratória secundada por entrevistas semiestruturadas. A pesquisa visa contribuir para a reflexão teórica sobre as funções ligadas à comunicação, mais precisamente à difusão, nos arquivos nacionais, aprofundar conceitos e temáticas úteis a este campo de estudo e contribuir para o conhecimento da prática desta função nos arquivos nacionais das instituições em análise.

O estudo aborda as diferentes tipologias de difusão, nomeadamente no campo editorial, cultural e educativo, e os indicadores que se considera relevantes para a adoção de boas práticas na área arquivística. É apresentado, por último, o enquadramento legal dos arquivos através da descrição das políticas públicas dos arquivos nacionais de França, do Brasil e de Portugal.

Palavras chave

Práticas de Difusão; Arquivos Públicos, Análise Comparativa; França; Brasil; Portugal

ABSTRACT

This investigation intent to study the outreach practices carried out by the National Archives of Brazil and the Torre do Tombo National Archives, having as reference the model developed by the National Archives of France. The choice of the French case stems from the fact that, in the context of specialized literature, it is considered consensual to attribute pioneering to the National Archives of France in the organization, outreach and history of public policies aimed at bringing the public collections closer to the community.

The methodology consists of a comparative empirical study of a qualitative nature of the object of study, based on an exploratory approach based on semi-structured interviews. The research aims to contribute to the theoretical reflection on the functions related to communication, more precisely to the diffusion in the national archives, to deepen concepts and themes useful to this field of study and to contribute to the knowledge of the practice of this function in the national archives of the institutions under analysis.

The study addresses the different types of outreach, particularly in the editorial, cultural and educational fields, and the indicators that are considered relevant for the adoption of good practices in the archival area. Finally, the legal framework of the archives is presented through the description of public policies of the national archives of France, Brazil and Portugal.

Keywords

Diffusion Practices; Public Archives, Comparative Analysis; France; Brazil; Portugal

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA	
1. Lugares da memória.....	14
1.1. Arquivos e bibliotecas: um pouco de história.....	15
2. Revisão da literatura: a interdisciplinaridade da informação.....	18
2.1. Arquivos públicos nacionais e distritais.....	20
CAPÍTULO II – HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS NACIONAIS DE FRANÇA, BRASIL E PORTUGAL	
1. Arquivos Nacionais de França.....	26
2. Arquivo Nacional do Brasil.....	28
3. Arquivo Nacional Torre do Tombo (Portugal).....	32
CAPÍTULO III – METODOLOGIA E CATEGORIAS DE ANÁLISE	
1. Objetivos e desenho da análise.....	35
1.1. Quadro metodológico.....	38
2. Categorias de análise.....	40
2.1. O conceito de difusão e a arquivística.....	40
2.2. Difusão editorial.....	43
2.3. Difusão cultural.....	45
2.4. Difusão educativa.....	49
2.5 Enquadramento legal dos arquivos.....	51
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
1. O modelo francês de difusão editorial.....	53
1.1. Boletins, catálogos, revistas e publicações técnicas em Portugal e no Brasil.....	54
2. O modelo francês de difusão cultural.....	56
2.1. Difusão cultural em Portugal e no Brasil: práticas e (des)continuidades.....	60
3. O modelo francês de difusão educativa.....	67
3.1. A difusão educativa em Portugal e no Brasil: arquivos e escolas.....	68
4. O enquadramento legal do modelo francês.....	72
4.1 O enquadramento legal dos arquivos nacionais em Portugal e no Brasil.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
BIBLIOGRAFIA	81
APÊNDICES	88

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Representação da estratégia metodológica.....	37
Tabela 1: Categorias de análise.....	39
Tabela 2: Análise comparativa das práticas de difusão editorial em França, Brasil e Portugal.....	55
Tabela 3: Temas disponibilizados pelo arquivo aos professores.....	57
Tabela 4: Análise comparativa das práticas de difusão cultural em França, Brasil e Portugal.....	64
Tabela 5: Análise comparativa das práticas de difusão educativa em França, Brasil e Portugal.....	70
Tabela 6: Temas sugeridos no âmbito das visitas escolares ao Arquivo Nacional Torre do Tombo.....	71
Tabela 7: Análise comparativa do enquadramento legal em França, Brasil e Portugal.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS

AAB - Associação de Arquivistas Brasileiros

AAF - Associação de Arquivistas Franceses

BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CNCVR - Confederação Nacional de Combatentes Resistência

CNRD - Concurso Nacional de Resistência e Deportação

COLUSO - Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Património Documental

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

COPEDE - Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão

DCA - Divisão de Comunicação e Acesso

DGLAB - Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

DGLB - Direção Geral do Livro e das Bibliotecas

EDARQ - Equipa de Educação em Arquivos

E-MAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrónico

InterPARES - International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems

IPQ - Instituto Português de Qualidade

ONG - Organização Não Governamental

RGAA - Administração Francesa de Referência a Acessibilidade na Internet

RPA - Rede Portuguesa de Arquivos

SIAN - Sistema Eletrónico de Informações

SIC - Serviço de Informações ao Cidadão

SIGA - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo

SINAR - Sistema Nacional de Arquivos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ANEXOS

I. Entrevista Arquivo Nacional de Brasil

II. Declaração de consentimento do Arquivo Nacional de Brasil

III. Entrevista Arquivo Nacional Torre do Tombo

INTRODUÇÃO

Os arquivos públicos custodiam, preservam, valorizam e gerem um conjunto diversificado de património arquivístico, garantindo aos cidadãos o acesso à informação nele contida. Uma das formas mais eficazes de divulgar e incentivar o direito de acesso aos fundos arquivísticos é através de ações de comunicação e informação, mais especificamente a difusão. Segundo Rockembach (2015, p. 101), a difusão pode ser considerada um ponto de ligação entre as Ciências da Informação e as Ciências da Comunicação. Difundir faz parte da ação de *comunicar* que, por sua vez, estabelece relação com o ato de *informar* a partir dos usos do conteúdo produzido¹. Pinheiro (1999, p. 172) afirma que tanto o termo *informação* como o vocábulo *comunicação* possuem muitas conotações e que “a discussão envolve a relação entre informação como fenómeno e comunicação como processo”.

A difusão deve fazer parte de um programa de gestão da informação, conforme Rousseau e Couture (1998, p. 67), que remete para três dimensões: a) criação, difusão e acesso; b) classificação e recuperação da informação; e c) proteção e conservação. É sobre a primeira dimensão que se ergue o objeto de estudo desta pesquisa. Criar, difundir e aceder/acessar trata, pois, da informação orgânica, estruturada e inteligível de forma a que seja “registada num suporte adequado, sendo posteriormente inserida no canal de difusão apropriado, a fim de ser facilmente acessível e de permitir uma comunicação máxima que tenha em conta tudo quanto do ponto de vista legal, cultural e tecnológico rodeia o organismo”².

Menezes (2012, p. 97) chama a atenção para a necessidade dos profissionais da arquivística promoverem os produtos e serviços oferecidos pelos arquivos, trazendo mais utilizadores à instituição, fidelizando-os, e transformando a tradicional conceção de que o arquivo é algo destinado a uma minoria de cidadãos privilegiados. Além de se procurar trazer os utilizadores à instituição, importa, também, levar a instituição até os utilizadores. As tecnologias de informação, comunicação e a digitalização dos conteúdos são alguns instrumentos disponíveis para alcançar esse propósito.

O presente trabalho tem como tema *As ações de difusão nos arquivos nacionais do Brasil e de Portugal: estudo comparativo a partir do modelo arquivístico francês*. O objetivo consiste em estudar as práticas de difusão levadas a cabo pelos arquivos nacionais do

¹ Ibidem.

² Ibidem.

Brasil e de Portugal, tendo como referência o modelo desenvolvido pelos Arquivos Nacionais de França. A opção pelo caso francês reside no facto de que, no âmbito da literatura produzida sobre a temática (Estevão & Fonseca, 2010; Lemoine, 2012, p. 463; Perez, 2007; Ribeiro, 2012; Siqueira, 2010), parece consensual atribuir o pioneirismo aos Arquivos Nacionais de França em matéria de organização, difusão e histórico de políticas públicas orientadas para aproximar os acervos públicos da comunidade. Segundo Siqueira (2010, p. 57) a Revolução Francesa foi um marco na história dos arquivos devido à criação de seu Arquivo Nacional em 1790. Foi o primeiro país a apresentar uma publicação técnica na área, com a criação do guia de normas e práticas para o Arquivo Nacional francês em 24 de abril de 1841, por Natalys de Walli.

Tanto o Brasil como Portugal procuraram inspiração nos Arquivos Nacionais de França no momento de constituírem os seus arquivos nacionais. Fonseca (2010, p.81) afirma que as contribuições francesas na construção do Arquivo Nacional de Brasil estiveram presentes desde a sua criação, em 1838, até ao final da gestão do diretor Raul do Rego Lima, em 1980. A influência fez-se sentir no contexto das técnicas de gestão arquivística e no desenvolvimento dos primeiros cursos académicos na área. No caso português, com a implantação do regime liberal em 1820, a política adotada em matéria de arquivos desenvolve-se numa linha idêntica àquela francesa. As concepções ideológicas em vigor, nesse período, encontram fundamento nos ideais da Revolução Francesa. O conceito de Estado-Nação tem expressão através de inúmeras ações e diplomas legislativos e manifesta-se igualmente em termos da política arquivística (Rosa, 2012).

Quantos aos arquivos do Brasil e de Portugal, cumpre salientar que muito documentos respeitantes à história de ambos os países e à memória coletiva que partilham podem ser encontrados em cada um dos arquivos públicos do outro lado do Atlântico. O Brasil foi uma antiga colónia portuguesa até 1822. A criação do Arquivo Nacional do Brasil ocorre em 1838, com a designação de Arquivo Público do Império, durante o período do Império do Brasil e da sua monarquia constitucional. São extensas as coleções de documentos em acervo no Arquivo Nacional do Brasil que relatam a presença portuguesa no país. Do outro lado do oceano, a história dos descobrimentos do Brasil também se encontra no acervo do Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Portugal, cuja criação data de 1862, ano em que a instituição passa de repositório exclusivo da informação da Coroa a repositório da memória da Nação (Rosa, 2012).

Em 2017, o Conselho Nacional de Arquivos do Brasil (CONARQ) criou um website intitulado *História Luso-brasileira*, dedicado à produção do conhecimento e à difusão do

acervo compreendido entre o final do século XVI e as primeiras décadas do século XIX, custodiado pelo Arquivo Nacional brasileiro. O material disponível conta com documentos ligados à história da corte portuguesa no Brasil e inclui temas como a expansão portuguesa e o Império luso-brasileiro, apresentando textos de especialistas, sumários de documentos e sugestões bibliográficas. O portal disponibiliza, também, manuscritos ou impressos transcritos em grafia modernizada, cujos termos constituem verbetes explicativos em perspectiva histórica e que, reunidos, formam o Glossário do Arquivo Nacional de Brasil para a história luso-brasileira (Arquivo Nacional de Brasil, 2017).

Os objetivos específicos desta pesquisa assentam num conjunto de categorias de análise através das quais se analisa, com base num estudo comparativo, as práticas de difusão nos campos editorial, educativo e cultural, além do enquadramento legal que norteia as instituições em consideração. As perguntas de investigação podem enunciar-se do seguinte modo: Os arquivos nacionais do Brasil e de Portugal cumprem a função social de difusão da informação contida nos seus acervos? Que tipo de ações de difusão são realizadas nas instituições em análise? Como se caracteriza esse conjunto de práticas em comparação com os Arquivos Nacionais de França?

O método de investigação é baseado numa análise qualitativa à informação contida nos websites do Arquivo Nacional do Brasil e do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Por se tratar de uma pesquisa exploratória, optou-se por recorrer a entrevistas semiestruturadas para melhor secundar as informações dispostas na grelha que coleta os dados obtidos.

No primeiro capítulo, procede-se ao enquadramento teórico e à revisão da literatura no âmbito dos conceitos e dos trabalhos relacionados com a temática desta pesquisa, incidindo em questões como a interdisciplinaridade da informação, as novas tecnologias ao serviço da difusão das práticas arquivísticas e os estudos comparativos no contexto de arquivos nacionais e distritais.

O segundo capítulo inscreve-se na descrição de um conjunto de elementos contextuais necessários para a caracterização do objetivo de estudo, designadamente os arquivos nacionais do Brasil e de Portugal. A mesma caracterização estende-se aos Arquivos Nacionais de França.

O capítulo seguinte consiste na descrição da metodologia e das categorias de análise que suportam a investigação, constituídas por variáveis aferidas a partir da literatura sobre a temática da difusão em arquivos públicos e os indicadores elaborados com base no

modelo francês. Neste segmento apresenta-se o desenho da análise e os aspetos mais teóricos relacionados com o quadro metodológico adotado.

No último segmento do trabalho procede-se à análise e discussão dos resultados, seguindo-se uma ordem de apresentação, para cada variável, assente, primeiro, na descrição do modelo francês e, depois, no estudo comparativo dos casos brasileiro e português. As considerações finais encerram o corpo do trabalho, disponibilizando-se em anexos a transcrição das entrevistas realizadas.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

1. Lugares da memória

Os museus, arquivos e as bibliotecas são instituições cuja origem remota à Alta Antiguidade, devendo-se ao aparecimento da escrita e conseqüente produção de obras literárias e documentos administrativos. Como referem Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998, pp. 29-30), “desde que o homem utiliza a escrita para registrar informação que é possível seguir a evolução do suporte no qual foi inscrita essa informação, o tipo de informação retida, os métodos de trabalho utilizados para tratá-la (...)”. Seguindo a linearidade do tempo, eles apresentam relações de proximidade em virtude dos mesmos objetivos: conservar e divulgar a informação.

Autores como Pierre Nora (1993) e Jacques Le Goff (1994) definiram, nas últimas décadas, estes espaços enquanto “lugares de memória” ou “instituições da memória”, respetivamente. Quando se fala em arquivos e bibliotecas é impossível não recordar as palavras de Nora (1993, p. 12), segundo as quais “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”. É nesses lugares que operam as bibliotecas, os arquivos, museus, monumentos, as comemorações e coleções que, enquanto objetos simbólicos, seriam os “marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade”³. Parece, pois, pertinente pensar que os arquivos e as bibliotecas desempenham essa função binária de *lugares e restos da memória*, uma vez que são repositórios de um vasto conjunto de informações sobre determinados fenómenos, mas nunca a totalidade da informação existente e produzida desde a existência humana.

Combater o esquecimento produzido pela velocidade dos processos de mediatização, massificação e globalização será, portanto, uma das primordiais funções dos bibliotecas e arquivos, na medida em que nos permitem viver na “intimidade da memória” e evitar habitar, somente, uma “história reconstruída” (Nora, 1993, p. 12). Mas estarão as bibliotecas, os arquivos, os museus, as comemorações e os monumentos a salvo da *história reconstruída*?

A este propósito vale a pena relatar uma anedota popular dos tempos do regime soviético, recordada por Tony Judt no epílogo da sua monumental obra *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*: “Um ouvinte liga para a ‘Rádio Arménia’ colocando uma pergunta:

³ Ibidem, p. 13.

‘Será possível’, pergunta, ‘prever o futuro?’ Resposta: Sim, não há problema. Sabemos exatamente como vai ser o futuro. O nosso problema é o passado, que está sempre a mudar” (Judt, 2005, p. 929).

Como todas as anedotas, esta pequena narração combina a graça com a dimensão ficcional. Porém, serve o propósito de recordar que também as bibliotecas e os arquivos não estão imunes à *história reconstruída*. Como refere Judt (2005, p. 928), “a memória é intrinsecamente conflituosa e tendenciosa: aquilo que um homem reconhece é o que outro omite”. Em qualquer dos casos, as bibliotecas e os arquivos, enquanto *lugares da memória*, guardam relevantes fragmentos do pulsar das sociedades ao longo do tempo, são portadores das identidades dos povos que representam e tornam acessível, reproduzindo, a memória coletiva das nações.

1.1. Arquivos e bibliotecas: um pouco de história

Os conceitos de informação e de documento encontram-se na base da cadeia documental e são indissociáveis dessa tal *intimidade da memória*. Os arquivos reúnem registos organizados em função de um determinado objetivo e de valores sociais, políticos, económicos e culturais. A convivência humana exigiu, desde muito cedo, a necessidade de transmitir e conservar a memória que resulta das interações entre os indivíduos, de criar e preservar a história dessas relações e atividades de natureza vária, da política à religião (Silva, 1984). A origem da palavra “arquivo” encontra-se ancorada no latim clássico e relacionada com os arquivos de palácios ou arquivos de placas de argila, encontrando-se associada à ideia de dispor ou arrumar coisas, ter cuidado com.

Facilitar a conservação e o acesso a um grande número de informações é, neste sentido, um propósito que os arquivos partilham com as bibliotecas. Públicas ou privadas, o processo de formação das bibliotecas prolongou-se por séculos e cedo ficou marcado pelo armazenamento, pela cópia de manuscritos e, mais tarde, pela promoção da leitura (Eco, 1994). As bibliotecas albergam coleções de livros, manuscritos, periódicos e outras fontes de informações inventariadas. À medida que o uso doméstico se foi diversificando, dos registos magnéticos de áudio e vídeo até ao CD-ROM, USB e discos rígidos, as coleções de bibliotecas começaram a incluir esses e outros suportes multimédia. Os rápidos desenvolvimentos espoletados pela introdução do computador e pela dinâmica das novas tecnologias tornaram possível armazenar e recuperar informações de diferentes formas e lugares, a uma velocidade cada vez menor em virtude do advento da Internet. Os

conceitos de biblioteca digital e biblioteca virtual são já utilizados e remetem para vastas coleções de informações às quais os cidadãos obtêm acesso através da Internet.

Segundo Reis (2006, p. 3), os arquivos e as bibliotecas estão presentes desde o desenvolvimento da escrita e terão nascido de maneira espontânea nas antigas civilizações do Oriente Médio, há cerca de seis milênios atrás. Os arquivos antigos mais conhecidos são do quarto milênio a.C., em civilizações do vale do Nilo e da Mesopotâmia. Já a existência das bibliotecas, conforme Ortega (2004, p. 2), pode ser comprovada a partir da primeira coleção organizada, que data do terceiro milênio a.C. Trata-se da Biblioteca de Ebla, na Síria, cuja coleção era composta por textos administrativos, literários e científicos, registados em 15 mil tábuas de argila, dispostas criteriosamente em estantes segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos. A descoberta desta biblioteca, em 1975, alterou a história sobre o Médio Oriente e a organização nela disposta vem sendo considerada a origem dos princípios da biblioteconomia.

De uma outra perspectiva, Tanus (2014, p. 86) afirma que a criação dos arquivos e das bibliotecas se relaciona com a passagem do mundo da oralidade para o mundo da escrita, visto que essa transformação tornou possível a apresentação de um novo elemento: o suporte. Esse suporte ou registo de informação deu corpo aos acervos das primeiras instituições na Antiguidade, designadas de *bibliotecas primitivas* ou *arquivos primitivos*⁴. A Biblioteca de Alexandria figura no topo das mais célebres bibliotecas. Devido à elevada quantidade de rolos de papiro que acolhia, foi considerada um dos maiores centros de produção de conhecimento na Antiguidade. A transição da cultura oral para a escrita enquadra-se, portanto, na já referida necessidade humana de registrar, preservar e comunicar os atos, descobertas e conhecimentos, sobretudo ligados às transações económicas, administrativas e políticas.

É graças à arqueologia que foram tornados públicos numerosos vestígios relacionados com os primórdios da constituição dos arquivos, surgindo, tal como a escrita, nas civilizações do Médio Oriente, na Mesopotâmia e com o povo sumério (Bellotto, 2002, p. 13). A realidade arquivística é anterior à invenção das bibliotecas, marcando uma separação entre a trajetória dos arquivos e das bibliotecas. (Tanus, 2014, p. 87). Embora houvesse uma confusão, no período helénico, entre a mesma nomenclatura atribuída aos arquivos e às bibliotecas, em virtude da tendência enciclopedista das segundas, sabe-se

⁴ Idem.

que os registos armazenados nas bibliotecas se vinculavam, principalmente, a temas sagrados e litúrgicos, enquanto aos arquivos competia armazenar uma maior variedade de tipos documentais como cartas régias, tratados, atos, contratos, censos, recibos, sentenças judiciais, etc.⁵.

A grande expansão da produção documental e bibliográfica deu-se a partir das revoluções industriais e tecnológicas, sendo a invenção da prensa tipográfica, por Gutenberg, em 1440, o grande marco. Segundo Martins (1996, p. 156), a tipografia foi, nos seus primeiros tempos, uma técnica de iniciados que prometiam segredo sob juramento por razões comerciais, uma vez que os produtos impressos imitavam os manuscritos e, por esse motivo, assemelhavam-se ao trabalho lento e caro dos escribas. Em 1462, com a tomada da Mogúncia, na Alemanha, os impressores foram dispersos pela Europa, permitindo a vulgarização da imprensa. Esta revolução tecnológica impulsionou a produção literária, contribuindo para baixar o seu custo e acelerando a distribuição. Também originou a queda do monopólio que a Igreja exercia sobre a produção editorial⁶. Quanto ao desenvolvimento da arquivística como ciência, Araújo (2013, p. 63) salienta que foi após o Renascimento, a partir do século XV, que começaram a surgir os primeiros sinais efetivos de um conhecimento teórico, específico, arquivístico. Com o Renascimento despertou o interesse pela produção humana, pelo estudo da sua história e da evolução política e económica, sendo retomado o interesse pela salvaguarda e preservação desses registos⁷. Nesse sentido, surgiram, a partir do século XVII, tratados e manuais voltados para as normas de procedimentos nas instituições responsáveis pela custódia das obras, tendo como tema normas de preservação e conservação física dos suportes e técnicas de descrição formal dos documentos, incluindo aspetos sobre sua legitimidade, procedência e características. A obra *De re diplomatica*, de Dom Jean Mabillon, publicada em 1681, é considerado um trabalho pioneiro nesta área disciplinar, pois contém os primeiros elementos da doutrina arquivística (Fonseca, 2005, p. 31).

Ainda segundo Araújo (2013, p. 64), a etapa seguinte deu-se com a Revolução Francesa, que marcou a transição do Antigo Regime para a Modernidade, operando uma profunda transformação em todas as dimensões da sociedade do ponto de vista político, económico e jurídico, transformando, também, a relação dos cidadãos com os arquivos. Foi nesse

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

sentido que surgiu o conceito moderno de Arquivo Nacional, manifestando o seu carácter público através do adjetivo *nacional*, relativo à nação.

Conclui-se, deste modo, que um dos grandes marcos na história da arquivística reside na fundação dos Archives Nationales de França, em 1789, e com eles a lei de 7 *Messidor*, publicada no ano II da Revolução Francesa. Essa norma jurídica determina que os arquivos estabelecidos junto da representação nacional constituíam um depósito central para a República, o Arquivo da Nação. A lei de 7 *Messidor* acarreta um conceito moderno e liberal de arquivo, onde o Arquivo Central do Estado deixou de ser privilégio dos órgãos de poder e passou a estar disponível para todos os cidadãos (Reis, 2006, p. 6).

Estas transformações decorrentes de determinados acontecimentos deram corpo às grandes coleções e acumulação de acervos, o que reforçou a natureza custodial dos arquivos e abriu caminho para profissionais qualificados operarem em instituições modernas. No século XIX surgiram os elementos precursores do estabelecimento do projeto de constituição científica arquivística: a formalização do conceito de *Fundo*, em 1841, cunhado na expressão *o princípio do respeito aos fundos* (de Natalis de Wailly) e o *Manual dos holandeses*, em 1898 – *Handeigling voor het ordenen em beschrijven van Archieven* (Araújo, 2013, p. 65).

Quanto ao carácter dos arquivos como instituição pertencente aos cidadãos, foi somente nas décadas de 1960 e 1970, sob forte influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que ganharam espaço as primeiras discussões sobre as políticas nacionais de informação, incluindo os arquivos. Entre as questões abordadas constava o direito à informação como condição de cidadania em relação com os critérios de sigilo dos documentos de administração governamental, além da necessidade de transparência do Estado (Jardim, 1995, p. 57).

2. Revisão da literatura: a interdisciplinaridade da informação

A revisão bibliográfica que se apresenta procura discorrer sobre trabalhos realizados no âmbito da difusão de arquivos no Brasil e em Portugal, numa perspetiva de estudo de caso e análise comparada. O objetivo consiste em abordar estratégias metodológicas e desenvolver determinadas problemáticas sobre a questão da difusão da informação contida nos arquivos. Antes de mais, importa recuperar uma definição do conceito de informação que parece colher anuência no âmbito dos trabalhos analisados.

Armando Malheiro da Silva (*apud* Carvalho, 2014, p. 25) define a informação enquanto “conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas” pela interação humana, “passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada”. Tal definição confere uma dimensão paradigmática e interdisciplinar passível de ser deslocada para o campo científico, justificando a informação enquanto objeto de estudo e resultado do “processo social comunicado e transformado nas mais diversas instâncias do devir colectivo”⁸.

Esta dimensão interdisciplinar da informação é trabalhada por Rockemback (2015) num estudo sobre a *Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional*. Abordando a característica de difusão como um ponto de ligação interdisciplinar entre os estudos de informação, o autor elege como objeto de estudo a informação orgânica no contexto dos arquivos, procurando perceber como pode ser ampliada a difusão de informação orgânica contida em arquivos. A análise desenvolve-se tendo como pano de fundo as transformações resultantes da sociedade da informação. Rockemback (2015, p. 98) considera que, através da interdisciplinaridade, é possível identificar um conjunto de estratégias de trabalho tais como a acessibilidade, a transparência, o marketing aplicado a unidades de informação, a mediação, a literacia informacional, o estudo de utilizadores e o comportamento informacional. Concluiu-se que uma relação multi, inter e transdisciplinar entre as ciências exige mudanças de paradigma que respondam os novos problemas da sociedade contemporânea de forma mais eficaz⁹. Todas as profissões são passíveis de mudança, pelo que a profissão do arquivista, ancorada na estreita relação com a informação, necessita de evoluir no contexto de um processo contínuo de avaliação dos elementos que fundamentam o seu conhecimento e as práticas profissionais, buscando permanentemente níveis de atualização em conformidade com o conhecimento produzido em disciplinas correlatas. Os profissionais que tratam da informação orgânica devem, por isso, repensar os sistemas informacionais sob novas configurações atuais, sobretudo digitais, a partir de novas perspectivas científicas, tecnológicas e sistémicas¹⁰.

Por informação orgânica entende-se um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações

⁸ *Ibidem*, p. 25.

⁹ *Ibidem*, p. 113.

¹⁰ *Ibidem*, p. 99.

orgânicas entre si e foram produzidas no cumprimento das atividades e funções da organização. As informações orgânicas, quando organizadas e ordenadas, formam os arquivos da instituição (Carvalho & Longo, 2002, p. 115).

2.1. Arquivos públicos nacionais e distritais

No que respeita à difusão de arquivos públicos nacionais, Saraiva e Pereira publicaram em 2018 o estudo intitulado *Património documental e difusão da informação em arquivos nacionais*. O trabalho discorre sobre a forma como se configuram as ações de acesso à informação em acervos de instituições arquivísticas nacionais, nas quais o impacto das ações de difusão pode ou não gerar a opacidade do património documental. Considerando o facto de que o património documental sem difusão resulta num quase anonimato para os cidadãos, a pesquisa persegue a identificação de padrões de sistematização, transparência e difusão da informação a partir de websites de divulgação dos acervos institucionais. O carácter exploratório do estudo opera na dimensão online das páginas dos arquivos nacionais de seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai.

Saraiva e Pereira (2018) concluem que adquire particular relevância a dimensão da difusão ao nível do direito de acesso à informação, particularmente no que se refere aos direitos de cidadania, direito à cultura, à memória e às garantias individuais, além do relacionamento dos cidadãos com o Estado. Os autores consideram que, para ultrapassar a opacidade do património, os novos media e as tecnologias de informação constituem instrumentos fundamentais quando importa agregar milhares de pessoas em redor de um objetivo comum. O investimento neste tipo de equipamentos afigura-se, por isso, elementar quando importa tornar disponíveis ao público acervos documentais e os demais serviços afetos ao setor público. Com a automação da gestão da informação, através de aplicações e ferramentas de tecnologia para captura, difusão e colaboração, é possível, em suma, alcançar o objetivo do acesso ao património documental¹¹.

No plano das ações educativas, Vaz e Venâncio (2019) analisaram os arquivos públicos brasileiros da cidade de Belo Horizonte, do Estado de São Paulo e o Arquivo Histórico do Município de São Paulo. A pesquisa, sob o tema *Marketing, Difusão, Ação e Mediação Cultural em Arquivos Públicos*, procura identificar e analisar as ações educativas no plano

¹¹ Ibidem, p. 13.

patrimonial. Depois de trabalharem os conceitos de marketing, difusão, ação cultural e mediação cultural, concluem que o processo de difusão dentro do arquivo envolve ações de marketing que podem ser realizadas através de iniciativas de ação educativa. Consideram os autores que as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais brasileiros e do Guia Básico de Educação Patrimonial representam um grande passo rumo à estruturação de um programa contínuo de desenvolvimento de habilidades por meio do ensino da história, contribuindo para a construção de sujeitos críticos e mais capazes de tomar decisões¹².

Vaz e Venâncio (2019) advogam, por outro lado, que o potencial cultural dos arquivos públicos brasileiros necessita de ser desenvolvido. Os arquivos públicos são, ainda, vistos como uma instituição ao serviço do Estado e cuja missão se esgota na recolha de documentos. O arquivo público, sustentam os autores, é também um instrumento para o desenvolvimento do sujeito crítico, de compreensão do património, da memória e da história coletiva, tratando-se de um espaço para a promoção da cidadania ativa e dos pressupostos democráticos¹³.

No mesmo sentido, mas cotejando a difusão educativa com aquela editorial, Barbosa e Silva (2012) estudaram as políticas empreendidas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. A análise contempla uma dimensão histórica e diacrónica no que respeita às políticas editoriais em diferentes períodos da instituição. Conclui-se que o enquadramento norteador das ações e dos projetos levados a cabo pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo resulta do seguinte: a) da experiência acumulada no que se refere ao campo da ação editorial; b) de transformações historiográficas, sociais e educacionais no contexto da ação educativa; e c) de uma mudança ao nível da missão da instituição no seu relacionamento com o Estado e a sociedade civil¹⁴.

A busca incessante por uma ordem democrática transformou tanto as políticas culturais como a noção de cultura, de património e, em última análise, as funções das instituições do Estado. Barbosa e Silva (2012) defendem que a função principal dos arquivos não é servir a administração (governos) – como no século XIX –, mas a sociedade civil. Os arquivos públicos devem, por isso, auxiliar os órgãos dirigentes do Estado a garantir os

¹² Ibidem, p. 24.

¹³ Ibidem, p. 25.

¹⁴ Ibidem, p. 61.

direitos de cidadania. A investigação relembra o propósito de que “proteger a memória pública é dever do Estado e conhecê-la é um direito do cidadão”¹⁵.

No âmbito da relação que se vai estabelecendo entre os arquivos, as suas práticas de difusão e as novas tecnologias, Blaya e Portella (2012, p. 205) refletem sobre a utilização de ferramentas de comunicação online de uso gratuito, designadamente o blogue e o microblogue¹⁶. A pesquisa intitula-se *Práticas comunicacionais: difusão no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nos diferentes meios de comunicação online*. Os autores afirmam que, a partir da utilização de ferramentas online, o arquivo público estudado consegue alcançar um novo espaço de comunicação que possibilita a fidelização dos utilizadores e funciona como um atrativo para novos públicos.

Ao analisarem o acervo documental e o diagnóstico dos serviços e atividades realizadas pelo Arquivo de Rio Grande do Sul, Blaya e Portella (2012) constataam os benefícios do recurso às novas tecnologias de comunicação e informação, podendo os utilizadores interagir em modo offline e online. São ferramentas que permitem uma interação com menores custos, maior rapidez, através das quais se procura disponibilizar o acervo documental e recorrer a modalidades que o tornam mais atrativo para o público.

Coutinho (2018) chegou às mesmas conclusões no contexto da sua análise sobre as *Ações de difusão do acervo arquivístico do Arquivo Nacional do Brasil*, estudando a forma como a utilização das redes sociais pode beneficiar a difusão cultural dos arquivos, conferindo-lhe visibilidade e a aproximação ao público. O autor sustenta que os novos media e as tecnologias associadas podem facilitar a compreensão, para o público, de que os arquivos não são apenas um espaço destinado aos investigadores e ao meio académico. Esses acervos são, acima de tudo, um local de acesso à história das comunidades onde estão inseridos, à sua memória coletiva e identidade nacional, contribuindo para a formação sujeito enquanto ser social (Coutinho, 2018). Considera-se, por último, que quando as ações de difusão cultural, através das redes sociais, são realizadas de forma sistemática, geram resultados permanentes no que se refere à interação entre o arquivo e o público, além do interesse por temáticas relacionadas com a História¹⁷.

No cenário português destacam-se alguns trabalhos focados nas ações de difusão do Arquivo Nacional Torre do Tombo e de arquivos distritais portugueses. A pesquisa

¹⁵ Ibidem, p. 62.

¹⁶ Trata-se de uma página semelhante a um blogue, mas com limitação de caracteres, permitindo divulgação somente de pequenas mensagens. O Twitter é um exemplo de microblogue (Blaya e Portella, 2012, p. 204).

¹⁷ Idem.

realizada por Nogueira (2012) analisa a difusão cultural no contexto das exposições documentais (1990-2009), elegendo como objeto de estudo o Arquivo Nacional e arquivos distritais. A investigação teve como objetivo contribuir para a reflexão teórica sobre uma das funções dos arquivos, a difusão cultural, e contribuir para o conhecimento da prática desta função nas instituições arquivísticas portuguesas.

A autora constata que, na realidade portuguesa, o enquadramento teórico da difusão resulta num conjunto de limitações à sua vertente cultural. Essas limitações parecem encontrar a sua explicação numa teoria e prática arquivísticas herdeiras de um paradigma custodial, onde a função comunicação teve uma predominância que retraiu o estabelecimento de um enquadramento teórico autónomo da difusão enquanto função (Nogueira, 2012). O facto de a reflexão teórica para as atividades culturais produzidas pelos arquivos portugueses ser reduzida, comparativamente com outras realidades, contribui para essas mesmas limitações.

A falta de recursos dos arquivos constitui outro fator adicional, igualmente limitativo do desenvolvimento da difusão, não tendo, no entanto, as implicações teóricas que tem o não reconhecimento da difusão cultural como uma função dos arquivos. Este posicionamento, voluntário ou resultante de restrições orçamentais, infraestruturais e humanas, contribui, afirma Nogueira (2012), para a não otimização dos recursos patrimoniais dos próprios arquivos, sobretudo para a sua interação com o público em geral. Conclui-se, por fim, que se existir um entendimento diferente da difusão cultural por parte dos arquivos portugueses, e da dimensão do que pode potenciar, as instituições poderão ver otimizado e valorizado o património à sua guarda, de forma não limitativa, cumprindo a sua missão e significado enquanto entidades garantes da memória coletiva.

O Arquivo Nacional Torre do Tombo constitui, igualmente, o objeto de estudo de Henriques (2017), cujo trabalho aborda a difusão educativa, sob o título *Património cultural: memória e ensino. O serviço educativo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. A autora procura enquadrar um conjunto de temas que condicionam a problemática da educação para a cidadania no século XXI, analisando as incertezas e os desafios colocados às instituições educativas e culturais decorrentes da progressiva tecnologização do mundo atual. O serviço educativo do Arquivo Nacional Torre do Tombo é analisado na perspetiva da sua evolução e impacto no sistema educativo, registando-se exemplos em que conteúdos de documentos de arquivo podem servir de âncora a áreas temáticas curriculares, inseridas no atual conceito de cidadania.

Henriques (2017) apresentou sugestões de melhorias e boas práticas nas ações de difusão como, por exemplo, o estabelecimento de uma parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Esta associação entre entidades públicas procuraria promover o estudo, a planificação e implementação de um conjunto de conteúdos temáticos, estruturados a partir dos conteúdos informativos de documentos de arquivo cujo objetivo passaria pela sua disponibilização online para facilitar uma maior acessibilidade aos cidadãos.

No âmbito dos arquivos distritais, Carvalho (2014) elegeu como temática da sua tese de doutoramento o estudo sobre a mediação informacional, partindo do princípio de que os arquivos distritais e os acervos equiparados desempenham um papel importante na salvaguarda da memória institucional nacional, como fator de identidade e sentimento de pertença de uma comunidade e na promoção da cidadania. Ao longo de mais de 500 páginas, a autora procura identificar a perceção que tanto os utilizadores como os responsáveis das instituições têm sobre a mediação informacional, assim como os seus efeitos e implicações no grau de satisfação dos primeiros. A mediação informacional enquadra-se na perspectiva de que o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) “potenciou uma nova dinâmica no modo como a informação é (re)produzida e comunicada”, tornando-se premente “compreender o papel das mediações simbólicas”, uma vez que “é através dos meios que cada sujeito se apropria da sua experiência do mundo, tornando-a intermutável”¹⁸.

Um ponto central da investigação consiste na crença de que, numa sociedade globalizada, “os profissionais da informação, como os Arquivistas, devem concentrar esforços na apropriação e desenvolvimento de aptidões e competências capazes de os posicionar enquanto recursos estratégicos da informação”. O propósito passa por ultrapassar a visão dos arquivistas enquanto guardiães de documentos, envolvidos em procedimentos técnicos complexos e eminentemente burocratizantes. Como resultado dos avanços sociais, científicos e tecnológicos das sociedades mediatizadas, Carvalho (2014, p. 387) considera que os arquivos distritais se encontram numa fase de mudança ou transição, consubstanciada em novos papéis, missões e objetivos, nas formas de interação com os seus utilizadores, nos modelos de gestão, nas formas de acesso e de divulgação da documentação/informação que possuem.

¹⁸ Ibidem, pp. 67-68.

Esta fase de transição tenderá a consolidar a “utilização das novas tecnologias no sentido de proporcionar uma maior participação e interação dos utilizadores em direção a uma mediação tendencialmente mais partilhada e colaborativa” (Carvalho, 2014, p. 388). Trata-se de um processo que não dispensa um renovado nível de formação de competências dos profissionais dos arquivos, não somente do ponto de vista das TIC, mas também no contexto da educação e da animação cultural, outras tecnologias, além das áreas clássicas como a paleografia, conservação e restauro, codicologia, normalização técnica ou descrição arquivística.

CAPÍTULO II – HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS NACIONAIS DE FRANÇA, BRASIL E PORTUGAL

1. Arquivos Nacionais de França

O surgimento dos Arquivos Nacionais de França teve origem durante a Revolução Francesa. Anteriormente não havia uma instituição que custodiasse de forma centralizada os documentos produzidos por todas as administrações governamentais. O arquivamento era realizado pelas antigas instituições, que serviam como depósito de documentações referentes a registos do parlamento, tribunal de contas, secretaria de Estado e demais órgãos públicos existentes na época.

Foi somente a 12 de setembro de 1790 que a Assembleia Constituinte nomeou esse antigo depósito documental como Archives Nationales. Volvidos quatro anos, a Convenção Nacional regulamentou as suas diretrizes e determinou a missão dos Arquivos Nacionais: centralização dos arquivos do país, garantia de acesso público e gratuito e necessidade de uma rede nacional de arquivos. Tornar a instituição acessível a todos os cidadãos é um objetivo que esteve no cerne da sua criação (Archives Nationales, 2020).

“Seis anos mais tarde, pela lei de 26 de outubro de 1796 (lei de 5 de brumário do ano V), criaram-se os arquivos departamentais, para os quais foram destinados todos os arquivos até então em poder dos distritos. Entre o primeiro e o último ato citado, outro decreto, datado de 25 de junho de 1794 (decreto de 7 de Messidor do ano II), estabeleceu o direito de livre acesso aos arquivos públicos, entendidos como propriedade da nação” (Estevão & Fonseca, 2010, p. 82).

Em 1808, Napoleão deslocou o Arquivo Nacional para o Hôtel de Soubisse, enquanto aguardava a construção de uma nova instalação que nunca chegaria a ser concluída. Com o volume de documentação cada vez maior, com a aquisição e custódia dos documentos e registos dos ministérios, foi necessário edificar novas instalações em redor do Hôtel de Soubisse. Nessa altura foram admitidos os primeiros arquivistas que haviam estudado na Ecole des Chartes, surgindo as primeiras publicações na área.

Volvidas quase seis décadas, os franceses ficaram a conhecer o Museu dos Arquivos Nacionais, fundado em 1867, onde eram depositados e exibidos ao público os documentos mais notáveis da nação. O acervo dos Arquivos Nacionais aumentou exponencialmente e, em 1927, o Hôtel de Rohan, sede da Imprimerie nationale (dedicada à impressão dos

documentos oficiais do Estado), foi constituído com mais um espaço dos Arquivos Nacionais e utilizado para custodiar as obras originais produzidas por notários de Paris. Além dos arquivos de negócios, os registos pessoais e familiares, no pós-II Guerra Mundial, ampliaram ainda mais a produção documental, motivando os principais ministérios do governo para a criação de verdadeiras missões de organização, recolha e conservação dos arquivos. Procurava-se evitar a perda ou dispersão dessa documentação. O monumental acervo francês foi esgotando as instalações de Paris e em 1972 procedeu-se a nova expansão do espaço físico, desta vez através da incorporação dos antigos edifícios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em Fontainebleau, região metropolitana da capital. Esta Cidade dos Arquivos Contemporâneos (ou Cité Interministérielle des Archives) acolhia os depósitos de arquivo dos ministérios, tendo sido elaborado um ambicioso projeto que previa a construção de oito unidades de conservação, cada uma com 80 quilómetros lineares. Apenas duas unidades foram realmente construídas. Os profissionais de Fontainebleau são, atualmente, especialistas em arquivos contemporâneos, nomeadamente em arquivos eletrónicos (Archives Nationales, 2020).

Dobrado o milénio, foi criada em janeiro de 2001 uma associação de arquivistas, historiadores e genealogistas, com o nome de *Uma Cidade para os Arquivos Nacionais*, como forma de pressionar o governo para a construção de um terceiro local que secundaria as instalações de Paris e Fontainebleau. Entre as mais de 1.600 individualidades, da cultura à política, que subscreveram a formação da associação, ninguém acreditava que um novo edifício resolveria todos os problemas pendentes. No entanto, o projeto defendido pela presidente da associação, Annette Wiewiorka, privilegiava, sobretudo, a vertente educacional como forma de preservar e difundir a memória coletiva (Nougaret, 2001). O novo equipamento teria que responder a quatro funções essenciais: a) receção, classificação e conservação definitiva dos arquivos centrais do Estado, desde a Revolução Francesa até à atualidade; b) comunicação com os utilizadores; c) preservação e restauro; e d) promoção do espólio através de exposições, conferências e diversas ações culturais¹⁹.

Em 2004, o governo francês definiu o local para o novo pólo da Cidade dos Arquivos Contemporâneos, em Pierrefitte-sur-Seine. O novo equipamento foi desenhado pelo arquiteto Massimiliano Fuksas e inaugurado em 11 de fevereiro de 2013, tornando-se o

¹⁹ Ibidem, p. 14.

maior depositário de arquivo da Europa. Segundo o website da instituição, os Arquivos Nacionais de França são hoje um serviço público nacional criado em 1 de janeiro de 2007 por decreto emitido pelo Ministério da Cultura, de 24 de dezembro de 2006. A sua missão é recolher, classificar, inventariar, conservar, restaurar, fornecer acesso e promover arquivos públicos das administrações centrais do Estado, dos arquivos dos notários de Paris e de grupos privados de interesse nacional (Archives Nationales, 2020).

O departamento de comunicação é o responsável por definir e implementar a política de comunicação interna, externa e de patrocínio dos Arquivos Nacionais. Promove as atividades científicas, culturais e educativas da instituição através de relações de imprensa, relações públicas, parcerias e patrocínio. As parcerias científicas e o serviço de relações internacionais, que representam os Arquivos Nacionais, as instituições de ensino superior e organizações de investigação, criam e coordenam projetos, além de promoverem competências em formação universitária e cooperação internacional. O departamento dispõe de uma equipa exclusiva para a divulgação científica, que assegura o acompanhamento editorial das publicações nacionais da instituição, a gestão de empréstimos de documentos a exposições externas, a gestão de filmagens documentais científicas, a coordenação do simpósio e dias de estudo e monitorização de parcerias para ciclos de leitura ou participação editorial²⁰.

A França foi o primeiro país a desenvolver atividades educativas nos arquivos, ao criar, em 1950, o Service Éducatif, no Arquivo Nacional, em Paris. Atualmente, o serviço educativo dos Arquivos Nacionais conta, também, com a participação dos arquivos departamentais e municipais, num total de mais de cem instituições. O método utilizado é o de facilitar o acesso aos professores das escolas públicas para que eles, em colaboração com a equipa do arquivo, elaborem dossiês, organizem exposições e publicações. Os serviços educativos abrangem todos os níveis educacionais, desde o primeiro ciclo de ensino até ao sistema universitário (Perez, 2007, p. 33).

2. Arquivo Nacional do Brasil

O Arquivo Público do Império foi criado segundo o regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, conforme o previsto na Constituição de 1824. Foi instalado de modo provisório na Secretaria de Estado dos Negócios do Império e tinha como objetivo a salvaguarda dos

²⁰ Ibidem.

documentos públicos, estando organizado em três secções: a Administrativa, responsável pelos documentos dos poderes executivo e moderador; a Legislativa, incumbida da guarda dos documentos produzidos pelo poder legislativo; e a Histórica, dedicada ao estudo e investigação dos acervos.

Com o decreto nº 2.541, de 3 de março de 1860, o Arquivo Público do Império foi reorganizado, mantendo, porém, as secções Administrativa, Legislativa e Histórica (Arquivo Nacional do Brasil, 2020). O segundo diretor da instituição, António Pereira Pinto (1860-1869), foi o responsável pelas mudanças ocorridas, tendo criado uma pequena biblioteca e providenciado o envio para Portugal de uma equipa habilitada para copiar, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, documentos de interesse para o Brasil (Estevão & Fonseca, 2010, p. 89).

Segundo Estevão e Fonseca (2010, p. 90), a ação do terceiro diretor do Arquivo Público, Joaquim Pires Machado Portela, destacou-se pela elaboração e execução do plano de classificação de documentos e sistematização de rotinas e métodos de trabalho. O plano de gestão documental apresentado por Machado Portela seguia a influência francesa, uma vez que o diretor não só dominava o francês, como se esforçava para se manter atualizado sobre a organização da administração pública do país. Os autores salientam que, nas primeiras décadas da instituição brasileira, o termo *público*, que tanta importância tivera em França, remetia para um significado mais simbólico em detrimento da verdadeira aceção que o vocábulo sugere. É esta a interpretação que o artigo 10 do regulamento nº 2 indica, segundo o qual os documentos não podiam ser franqueados a ninguém “sem licença do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império”²¹. Até a concessão de certidões (artigo 11) necessitava do aval da autoridade do ministério:

“Essa restrição ao acesso público começou a ser superada no decreto n. 2.541, de 3 de março de 1860, cujos art.º. 17 a 22 das disposições gerais estabeleceram o compromisso de se publicarem inventários e repertórios dos documentos custodiados pelo Arquivo Público (art.º. 17), assim como permitiram que qualquer pessoa, sendo “conhecida e de confiança” pudesse consultar os documentos dentro da repartição, em sala apropriada e em dias agendados (art.º. 18), condições semelhantes às originalmente fixadas pelos franceses no decreto de 7 de Messidor do ano II (25 de junho de 1794). Na prática as instalações destinadas a consulta e investigação existiram somente no século XX, quando o Arquivo deixa de ser abrigado em prédios cedidos temporariamente e passa a dispor de uma sede própria” (Estevão & Fonseca, 2010, p. 84).

²¹ Ibidem, p. 83.

Através do decreto nº 6.164, de 24 de março de 1876, o Arquivo Público do Império foi novamente reorganizado, sendo dividido em quatro secções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica. Foram estabelecidos prazos para o recolhimento de documentos, criada a primeira tabela de temporalidade e instituído o cargo de agente auxiliar do diretor, com a função de identificar e obter documentos importantes nas províncias. O Parlamento comprometeu-se, neste sentido, em enviar os originais dos atos legislativos e administrativos para a instituição, que passou a dispor, também, de competências para custodiar e conservar os documentos referentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia do Brasil. O mesmo decreto criou a biblioteca do Arquivo Público do Império (Arquivo Nacional do Brasil, 2020).

Em 1911, na sequência das mudanças ocorridas no país, o Arquivo Público Nacional alterou a sua denominação para Arquivo Nacional e, através do decreto nº 9.197, de 9 de dezembro, introduziu alterações no seu regime interno, unificando as secções Legislativa e Judiciária. Este regime permaneceu até 1958, altura em que o decreto nº 44.862, de 21 de novembro, determinou o regimento do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pela mesma deliberação legislativa cria-se o Serviço de Documentação Escrita, abrangendo as secções do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, da Presidência da República, dos Ministérios, da Administração Descentralizada e da Documentação Histórica.

Tendo ainda como inspiração o modelo arquivístico francês, o então diretor José Honório Rodrigues, juntamente com o adido cultural de França, proporcionou em 1959 a concessão anual de duas bolsas de estudo para funcionários brasileiros realizarem estágios em Paris, nos Archives Nationales. No entanto, somente em 1963 seguiu para a Europa o primeiro funcionário brasileiro, Regina Alves Vieira, chefe da Secção dos Ministérios (Arquivo Nacional do Brasil, 2020).

“Por décadas, a instituição esforçou-se por fazer jus ao seu nome – no Império, Arquivo Público do Império, e na República, Arquivo Público Nacional – e buscou equilibrar a tradição portuguesa, as injunções político-administrativas brasileiras e o modelo do arquivo nacional francês. No entanto, se a experiência francesa serviu como fonte de inspiração e exemplo ao longo do século XIX, como comprovam várias evidências, foi apenas no final dos anos 1950 que a aproximação com a França teve efeitos, buscando padrões no tratamento arquivístico do acervo e na maneira como a instituição passou a ser e fazer presente no cenário internacional” (Estevão & Fonseca, 2010, p. 82).

As questões relacionadas com a educação surgiram no início da gestão de Alcides Bezerra à frente do Arquivo Nacional, em 1922, diretor que já havia sido secretário estadual de educação. A importância atribuída à dimensão pedagógica era tanta que o ministro da Justiça e Negócios Interiores anunciou um plano de estudos históricos. Propunha-se a realização de cursos, conferências públicas e concursos tendo como principal agente dinamizador o Arquivo Nacional, ao qual competia “dar o maior incentivo ao estudo e à vulgarização da história pátria” (Estevão e Fonseca, 2010, p. 98)

No âmbito legislativo, somente em 1991, com a promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro, se avança novamente sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Estabelece-se que são deveres do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, bem como elementos de prova e informação. Evidencia-se, deste modo, a importância da preservação de bens culturais e o papel do Arquivo Nacional como custodiador e difusor de memória social.

Como forma de preservar e difundir a ligação histórica entre Brasil e Portugal, inaugura-se em 2004 o portal *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*, dedicado à produção do conhecimento e à difusão do acervo do período compreendido entre o final do século XVI e as primeiras décadas do século XIX, sob a guarda da instituição. A corte no Brasil, a expansão portuguesa e o Império luso-brasileiro são as principais categorias que apresentam descrições assinadas por especialistas, ementas de documentos e sugestões bibliográficas. O portal oferece salas de aula dirigidas a alunos ou professores, disponibilizando manuscritos ou impressos transcritos em grafia modernizada, cujos termos selecionados constituem verbetes explicativos em perspectiva histórica.

Este tipo de ações culturais e educativas vincula-se às diretrizes da Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso) e recebe o patrocínio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), através do convênio com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Em 2007, o Arquivo Nacional aderiu a dois importantes projetos que contribuíram para a sua relevância internacional. O primeiro respeita ao InterPARES – International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems²², coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá. A iniciativa tem contribuído para o desenvolvimento de conhecimento teórico-

²² Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos.

metodológico essencial para a preservação a longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos, contando com parceria de vários arquivos internacionais.

O segundo projeto resulta da inauguração do programa Memória do Mundo, da UNESCO, e constitui uma iniciativa entre o Ministério da Cultura e o Arquivo Nacional. Devido à relevância histórica, alguns dos principais itens do acervo foram denominados de *Memória do Mundo* e considerados património da humanidade, como é o caso dos Autos da Devassa – a Inconfidência de Minas Gerais (2007), da Lei Áurea (2008) e, entre outros, da coleção da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (2018).

A última reestruturação do Arquivo Nacional ocorreu em 2017, quando a Direção-Geral do Arquivo Nacional publicou diversas portarias formalizando as equipas de trabalho em cada coordenação da instituição. Na mesma ocasião foram estruturados os grupos de trabalho no contexto da Coordenação Regional, em Brasília, e criadas equipas de Educação, Estudos do Usuário e Produção Cultural, no Rio de Janeiro.

O Arquivo Nacional é, atualmente, definido como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA) da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tem como objetivo implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), através da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do património documental do país. Compete-lhe, por último, incentivar a produção de conhecimento científico e cultural, garantir o livre acesso à informação e apoiar as decisões governamentais de carácter político-administrativo e o cidadão na defesa de seus direitos (Arquivo Nacional do Brasil, 2020).

3. Arquivo Nacional Torre do Tombo (Portugal)

A origem dos arquivos portugueses ocorre através das diversas casas monásticas com atividade regular, produtoras e coletoras de informações no âmbito do seu funcionamento como entidades orgânicas. Os mosteiros possuíam os seus cartórios e livrarias que se foram organizando e evoluindo ao longo dos séculos. É possível afirmar que os arquivos e bibliotecas eclesiásticas, de carácter monástico e diocesano, são os sistemas de informação mais antigos do país e demonstram a evolução natural (feita de continuidades) que tais sistemas tiveram até a mudança estrutural de regime, ocorrida em 1820 (Rosa, 2012, p. 47). A essa produção documental junta-se aquela dimanada da atividade administrativa do Rei e da Coroa, conforme escreve Rosa (2012):

“Consumada a independência do Condado Portucalense, a chancelaria régia passa a atuar como serviço produtor dos documentos emanados da atividade administrativa do Rei e da Coroa, dando origem a um arquivo central da administração, que veio a estabelecer-se em Lisboa por altura da fixação da Corte nesta mesma cidade, no reinado de D. Dinis. Contudo, a mais antiga prova documental da existência do arquivo da coroa, instalado numa das torres do Castelo de São Jorge, data de época posterior (1378) e é a partir daí que se pode conhecer a história do arquivo da Casa da Coroa, chamado da Torre do Tombo, nome que se mantém até os dias de hoje, apesar das mudanças estruturais que sofreu” (p. 47).

A autora destaca que, até o fim do antigo regime, o arquivo da Torre do Tombo desempenhou um papel de arquivo da administração central, assumindo, a partir do século XVI, um perfil semelhante ao de outros arquivos europeus, ou seja, de um verdadeiro arquivo de Estado (Rosa, 2012). Este perfil mais centralizador, sustenta Rosa²³, que se traduziu na incorporação da documentação proveniente de serviços da administração governamental, tem como justificação o foco da centralização do poder real e o aumento da burocracia, decorrente da complexa estrutura orgânica e das funções do Estado moderno em franco desenvolvimento. Continua a autora:

“Com a implementação do regime liberal em 1820, a política adotada em matéria de arquivo segue de perto o modelo francês, e desenvolve-se numa linha idêntica, obviamente porque as concessões ideológicas que a sustentam bebem os seus fundamentos nos ideais da Revolução Francesa. O conceito de Estado-Nação, tão caro aos liberais, têm expressão através de inúmeras ações e diplomas legislativos e manifesta-se também em termos de política arquivística. O Real Arquivo da Torre do Tombo passa a dispor de Regulamento provisional, aprovado em 30 de abril de 1823, no qual é, significativamente, designado por Arquivo Nacional” (p. 49).

Com a Portaria de 11 de setembro de 1857 e da lei de 2 de outubro de 1862, diplomas que determinara a obrigatoriedade de incorporação dos documentos históricos no arquivo Torre do Tombo, a instituição passou de repositório exclusivo da informação da Coroa a repositório da memória da nação (Rosa, 2012). Entre o século XIX e as primeiras décadas da centúria seguinte, o Estado passou a tutelar enormes quantidades de documentos de grande relevância para a história portuguesa, sem, porém, adotar prerrogativas que tornassem essa documentação acessível. Apesar de concentrar esses acervos em serviços públicos (arquivos e bibliotecas), o Estado demonstrou manifesta incapacidade para geri-

²³ Ibidem, p. 47.

los e, sobretudo, disponibilizar meios (materiais, técnicos e humanos) que viabilizassem o acesso à informação neles contida²⁴.

O Arquivo Nacional Torre do Tombo é, atualmente, um arquivo central do Estado que guarda documentos originais desde o século IX à contemporaneidade. A instituição também é responsável pela preservação dos novos arquivos eletrónicos no âmbito das suas competências, a par do mandato explícito para dar execução à lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, na sua vertente de património arquivístico e património fotográfico (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2014).

No website deste organismo, dependente da Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), criada pelo Decreto-Lei nº 103/2012, de 16 de maio, pode ler-se que integra o sistema nacional de arquivos e tem como objetivo “a promoção da salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e produção do património arquivístico e do património fotográfico, garantindo a gestão de acervos à sua guarda, e os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados” (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2014). A sua missão estende-se “à sua utilização como recurso da atividade administrativa e fundamento da memória coletiva e individual”²⁵. Ademais, compete-lhe garantir a integração de património arquivístico e fotográfico que a qualquer título lhe seja atribuído, bem como aceitar as formas de aquisição (por doação, herança e legado desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da Cultura, por dação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração)²⁶.

Compete, por último, à Divisão de Comunicação e Acesso (DCA), certificar e pesquisar a documentação em depósito, garantir o cumprimento da legislação sobre comunicabilidade e proteção de dados, no acesso à documentação de que é depositário, e exercer os direitos patrimoniais relativos ao acervo que tutela. Completa o leque de atribuições a gestão da Biblioteca e os fluxos de entrada e saída de documentos, assegurar a higiene e o controlo de condições ambientais, bem como a gestão de utilizadores, os dados estatísticos relativos à frequência dos serviços que disponibiliza e a promoção de atividades associadas a um serviço educativo (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2014).

²⁴ Ibidem, p. 51.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA E CATEGORIAS DE ANÁLISE

1. Objetivos e desenho da análise

Este trabalho tem como objetivo estudar as práticas de difusão levadas a cabo pelos arquivos nacionais do Brasil e de Portugal, tendo como referência o modelo desenvolvido pelos Arquivos Nacionais de França. Como se mencionou anteriormente, a opção pelo caso francês reside no facto de que, no âmbito da literatura produzida sobre a temática (Estevão & Fonseca, 2010; Lemoine, 2012, p. 463; Perez, 2007; Rosa, 2012; Siqueira, 2010), parece consensual o pioneirismo atribuído aos Arquivos Nacionais de França em matéria de organização, difusão e histórico de políticas públicas voltadas para estreitar a relação entre o arquivo e a comunidade.

Segundo Lemoine (2012, p. 463), o serviço educativo de instituições culturais públicas francesas teve início em meados do século XIX com a criação do Musée de l’Histoire de France e da museografia do Marquês de Laborde, cujas cúpulas administrativas e organizativas estavam ligadas aos Archives de France. Em 1949, Charles Braibant institucionalizou o Serviço Educativo nos Arquivos Nacionais de França e em 1951 estendeu os serviços aos arquivos departamentais. Mas o grande impulso surgiu em meados do século XX quando as escolas primárias francesas foram transferidas para os municípios, sendo estipulada a obrigatoriedade legal que determinava a criação de serviços educativos para apoio escolar em cada arquivo departamental ou municipal²⁷.

Apesar da grande expansão deste tipo de serviços, foi somente no final dos anos 80 da última centúria que os Serviços Educativos passaram a ser designados por Atividades Culturais e deixaram de estar focados exclusivamente no público escolar, para passarem a estar disponíveis para todos os cidadãos²⁸. Esta alteração legislativa está presente nas orientações e normas da UNESCO e da Comissão Europeia e abrange, também, as bibliotecas públicas. Ainda Segundo Lemoine (2012, p. 466), a lei responsável pela alteração dos Serviços Educativos para Atividades Culturais gerou a necessidade de modificações metodológicas e a adaptação das atividades que passaram a ser destinadas a um público heterogéneo, transversal a todos os níveis etários e sociais, com diferentes níveis de literacia e de motivações, tornando, deste modo, a Educação Patrimonial disponível para todos os cidadãos.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

Justificado o modelo que serve de farol à análise comparativa que se pretende efetuar, importa salientar que, subjacente ao objetivo geral desta investigação, encontra-se a noção de que, para além das funções permanentes de recolha, custódia, preservação e organização de documentos, os arquivos devem ter, também, como prioridade um conjunto de ações nos campos editorial, educativo e cultural. Não se trata de abordar a questão de prover o acesso aos fundos documentais para aqueles que os procuram. Esse debate já está relativamente resolvido com a adoção de legislação nesse sentido, tanto no Brasil como em Portugal.

O ponto central respeita às ações de difusão e comunicação dos acervos independentemente dos desejos do arquivista e da curiosidade do investigador ou público em geral. É através da difusão que as fontes adquirem visibilidade e que se chama a atenção para o que está guardado num arquivo. As políticas dos arquivos públicos devem estar, neste sentido, orientadas para a preservação da memória coletiva, fazendo-a chegar à administração, aos cidadãos e à historiografia e transformando a informação contida nos documentos num bem cultural fruível e pertencente às comunidades.

Os objetivos específicos desta pesquisa assentam num conjunto de categorias de análise através das quais se analisa, com base num estudo comparativo, as práticas de difusão do Arquivo Nacional do Brasil e do Arquivo Nacional Torre do Tombo, tendo como modelo os Arquivos Nacionais de França. Interessa, deste modo, identificar que tipo de ações de difusão são praticadas nos campos editorial, educativo e cultural, bem como qual o enquadramento legal que lhes está subjacente.

As perguntas de investigação podem enunciar-se do seguinte modo: Os arquivos nacionais do Brasil e de Portugal cumprem a função social de difusão da informação contida nos seus acervos? Que tipo de ações de difusão são realizadas nas instituições em análise? Como se caracteriza esse conjunto de práticas em comparação com os Arquivos Nacionais de França?

O modelo da análise, na figura 1 (p. 38), assenta em dois níveis. O primeiro consiste numa dimensão contextual, onde se desenvolve um enquadramento teórico com base na revisão da literatura sobre a temática, versando o caso brasileiro e o português. A caracterização das instituições em apreço enforma, também, este primeiro nível de abordagem ao objeto de estudo.

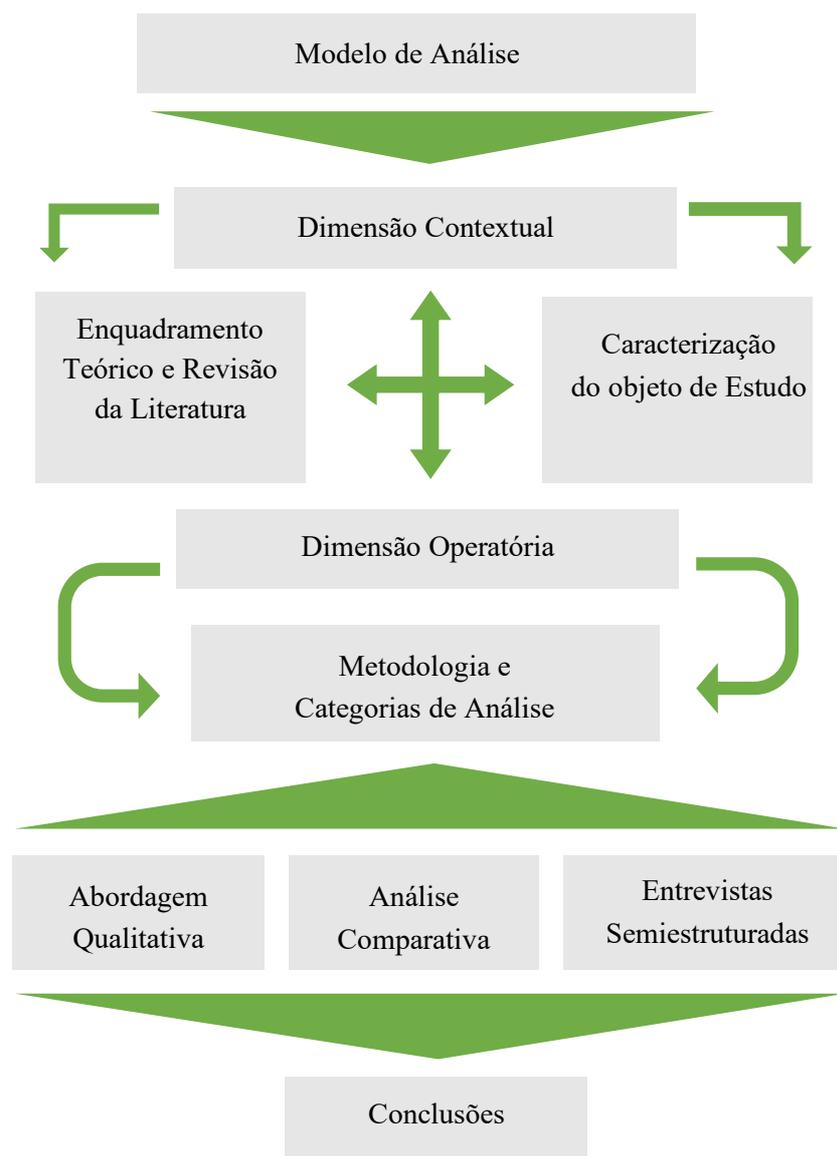


Figura 1: Representação da estratégia metodológica

O segundo nível (fig. 1) consiste no estudo empírico realizado a partir de uma análise comparativa, de cariz qualitativo, das ações de difusão levadas a cabo pelas instituições. Essa análise tem como base a informação disponibilizada nos websites dos Arquivos Nacionais de França, do Arquivo Nacional do Brasil e do Arquivo Nacional Torre do Tombo, secundada por entrevistas realizadas aos responsáveis das instituições no Brasil e em Portugal. No quarto capítulo, no âmbito de cada variável elegida (*difusão editorial, cultural, educativa e enquadramento legal*), a análise e discussão dos resultados segue o seguinte esquema: a) apresentação e caracterização das práticas dos Arquivos Nacionais de França; b) comparação das práticas dos Arquivos Nacionais de França com aquelas realizadas pelo Arquivo Nacional do Brasil e o Arquivo Nacional Torre do Tombo.

1.1. Quadro metodológico

Nesta pesquisa, o método é baseado numa análise qualitativa à informação contida nos websites do Arquivo Nacional do Brasil e do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Segundo Goldenberg (1997, p. 34), a pesquisa qualitativa não procura a representatividade numérica, mas antes o detalhe sobre a compreensão de um determinado grupo social, de uma organização, instituição ou outros elementos que constituam o objeto de estudo. O investigador que adota a abordagem qualitativa opõe-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as Ciências Sociais têm as suas especificidades e pressupõem uma metodologia própria. Goldenberg (1997) refere que as principais características da pesquisa qualitativa consistem na objetivação do fenómeno, na hierarquização das ações a descrever, compreender e explicar, na precisão das relações entre o global e o local, no âmbito de um determinado fenómeno, e na observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural. O respeito pelo carácter interativo entre os objetivos estipulados, as orientações teóricas, os dados empíricos e a procura de resultados fidedignos completam o conjunto de preceitos a ter em conta quando se inicia uma investigação com estas características. O método de análise adotado segue as seguintes etapas:

a) Pré-análise: é a fase de sistematização das ideias, em que se escolhem e preparam os documentos suscetíveis de serem analisados, bem como a organização das variáveis que devem nortear a investigação. É nesta etapa que, no âmbito desta pesquisa, se recolheu a informação sobre as práticas das instituições e se decidiu quem entrevistar, que tipo de entrevista a realizar, além da elaboração do respetivo guião;

b) Exploração do material: nesta etapa passou-se à fase operatória do estudo empírico, onde se analisou, em função das variáveis estipuladas, a informação extraída dos sítios online das instituições em consideração, realizando-se, também, as entrevistas;

c) Tratamento dos resultados e interpretação: os dados recolhidos foram organizados em conformidade com o método adotado, respeitando as categorias de análise, para que se pudessem realizar interpretações (dedutivas ou indutivas) e aferições. Nesta etapa procurou-se responder às questões que norteiam esta pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, no âmbito da qual se procuram extrair informações sobre o objeto de estudo, optou-se por recorrer a entrevistas semiestruturadas para melhor secundar as informações dispostas na grelha que coleta os dados obtidos a partir dos sítios online das instituições analisadas. Se a pesquisa

exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (Gil (2007, p. 41), já a entrevista semiestruturada favorece a descrição dos fenômenos sociais, tem como suporte teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa e fornece elementos explicativos orientados para uma perspectiva mais global, mantendo o investigador atuante no processo de coleta de informações (Triviños, 1987, p. 146).

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focada num tema sobre o qual se elabora um guia com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias da entrevista. Este tipo de entrevista permite obter informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a um padrão de alternativas, embora seja relevante combinar questões abertas com questões fechadas.

Conforme a tabela 1, as categorias de análise que nortearam a recolha de informação foram dispostas em quatro variáveis, designadamente *difusão editorial*, *difusão cultural*, *difusão educativa* e *enquadramento legal*. O conjunto de categorias de análise, que a seguir se passa a explicar, permite extrair dados suscetíveis de gerar conclusões importantes para este trabalho e responder às questões de partida.

Difusão Editorial	Difusão Cultural	Difusão Educativa	Enquadramento Legal
1. Boletim Informativo ou Newsletter	1. Exposições e Eventos 2. Visita Guiada	1. Eventos Público Escolar	1. Normas legislativas
2. Catálogos	3. Parceria Instituições 4. Workshops e Oficinas	2. Workshop Professores	2. Conselho/Sistemas Práticas de Arquivo
3. Revista	5. Website Inclusivo 6. Presença Redes Sociais	3. Concurso Escolas/Alunos	3. Associação de Profissionais
4. Publicações Técnicas	7. Formação Utilizadores 8. Comissão Utilizadores	—	—

Tabela 1: Categorias de análise

Com vista à construção de um modelo de referência para a análise comparativa dos arquivos nacionais do Brasil e de Portugal, os indicadores associados a cada variável (numerados na tabela 1) foram elaborados a partir dos serviços de difusão promovidos pelos Arquivos Nacionais de França, via website da instituição. Já as variáveis (*difusão editorial*, *difusão cultural*, *difusão educativa*, *enquadramento legal*) foram constituídas

com base na literatura sobre o tema (Alberch i Fugueras, 2011; Barbosa & Silva, 2012; Belloto, 2004; Rousseau & Couture, 1998).

2. Categorias de análise

Os arquivos, além de cumprirem as suas funções primordiais de recolher, custodiar, preservar e administrar fundos documentais, apresentam uma missão social para com a sociedade. Bellotto (2004, p. 235) explica que os atributos sociais dos arquivos, no âmbito da difusão, envolvem os serviços editoriais, a difusão cultural e a assistência educativa, classificando-os como: a) os *serviços editoriais* remetem para publicações em meio impresso ou digital, como guias, catálogos e inventários; b) a *difusão cultural* encontra-se responsável pelo desenvolvimento de atividades culturais com o intuito de promover a construção do conhecimento, envolvendo atividades como exposições, promoção de concursos e palestras); os *serviços educativos* visam tornar o arquivo um espaço de extensão educativa, por meio de oficinas, visitas, cursos e atividades congêneres.

Por se tratar da função social dos arquivos, decidiu-se incluir a categoria *Enquadramento legal* (tabela 1, p. 39). O acesso à informação é um direito humano fundamental e um instrumento básico para o exercício da cidadania, uma maneira de reafirmar a democracia, fortalecer a participação dos cidadãos e a confiança depositada nas instituições públicas.

2.1. O conceito de difusão e a arquivística

A Arquivística é uma das disciplinas das Ciências da Informação com maior grau de interdisciplinaridade, tendo conexão com a História, a Administração e a Biblioteconomia. Mas o ponto de interseção que une a ciência que estuda as funções do arquivo às Ciências da Comunicação, à Informática ou até às Ciência da Computação é, sem dúvida, a difusão da informação (Rockembach, 20015, p. 100).

Rousseau e Couture (1998, p. 48) afirmam que os arquivos e as bibliotecas têm como principais funções difundir o seu acervo, realizando ajustes e adaptações conforme o público e o conteúdo disponibilizado. Na Arquivística, a difusão constitui-se como um dos quatro grandes setores que “foram objeto dos trabalhos dos especialistas dos arquivos,

ou seja, o tratamento, a conservação, a criação e a difusão”²⁹. De acordo com os autores canadianos, a difusão também se define como uma das principais funções arquivísticas, ao lado da avaliação, da aquisição, da conservação, da classificação e da descrição. O conceito de difusão engloba todos os princípios, métodos e operações destinados à gestão e tratamento dos arquivos³⁰.

Associados à palavra *difusão*, segundo o Dicionário Houaiss (2009, p. 173), surgem vocábulos como divulgação (de culturas, ideias etc.), propagação e multiplicação, pelo que difuso é aquilo que “se espalha largamente por todas as direções”, disseminado, divulgado abundantemente em palavras; prolixo e difusivo. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional do Brasil (2005, p. 72), não apresenta, por sua vez, o termo difusão, mas faz uma aproximação através da expressão *disseminação da informação*, que define como “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação”.

A mesma obra refere-se, também, ao termo *divulgação* enquanto “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (Arquivo Nacional do Brasil, 2005, p. 72). Deste público pode fazer parte tanto o utilizador, que é a “pessoa física ou jurídica que consulta arquivos, também chamada consulente, leitor ou pesquisador”, quanto outros cidadãos que desconheçam a existência do arquivo, que estão dependentes de atividades de divulgação do mesmo para tomarem conhecimento³¹.

Relativamente ao significado de difusão enquanto estado do que é difuso, a Academia das Ciências de Lisboa (2001, p. 1255) considera que a definição evidencia a dificuldade que existe em caracterizar o termo, tanto na abrangência como na dispersão, presentes nos seus significados genéricos. No âmbito dos arquivos, mais facilmente são indicados produtos que resultam da difusão do que as ações e processos que a caracterizam. Os significados genéricos da palavra *difusão* anunciam um âmbito alargado de procedimentos e ações que se caracterizam pela abrangência e dispersão inerentes aos mesmos, nomeadamente divulgação, disseminação e generalização.

Esta abrangência de conceitos pode ser verificada na definição de difusão, no âmbito da terminologia arquivística portuguesa: “Função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do acervo documental” (IPQ, NP 4041, 2005, p. 14). Segundo o Instituto

²⁹ Ibidem, p. 265.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem, p. 169.

Português de Qualidade (NP 4041, 2005, p. 14), a difusão é considerada uma ação que se encontra integrada na função da comunicação, designada por função primeva que abarca a acessibilidade, a classificação de segurança, a comunicabilidade, a consulta, a difusão e a recuperação. Neste conceito mais abrangente, por comunicação entende-se a “função primordial do serviço de arquivo que visa facultar dados, informações, referências e documentos, difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua utilização”. Por outras palavras, a difusão é a “função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do acervo documental”³².

Disponibilizar as informações para o maior número de pessoas é o objetivo principal de um processo de difusão. Isso já está implícito nas atividades desenvolvidas dentro da maioria das instituições arquivísticas. Não basta tratar a documentação, é necessário disponibilizá-la. Quanto maior o número de utilizadores com acesso às informações, maior será o êxito obtido. O ponto fundamental é o conceito de acesso à informação, que segundo Perez (2005 p. 7) está baseado na igualdade de condições entre os utilizadores, não importando a idade, o género, a raça, religião, nacionalidade, língua ou condição social.

Importa, neste sentido, prover serviços específicos para os utilizadores que não podem, por qualquer razão, usar os materiais e serviços tradicionais, como as pessoas com necessidades especiais, as minorias linguísticas, pacientes internados em hospitais ou detentos (Perez, 2007, p. 32). Segundo Herrera (1987, p. 9), os arquivos possuem a responsabilidade social de formalizar a comunicação de seus documentos, deixar o seu património à disposição e torná-lo conhecido.

Fazem parte das ações de difusão a publicação de catálogos, periódicos, livros e conteúdos de Internet, as quais estão conectadas aos acervos e às memórias que preservam, como a realização de exposições, palestras e cursos, a condução de visitas guiadas, o atendimento a grupos de alunos, a preparação de materiais didáticos e, entre outras, oficinas pedagógicas com documentos e materiais do acervo do arquivo. Estas ações têm como objetivo alcançar o utilizador final da informação, seja o aluno, o professor, o investigador ou o cidadão em geral. A sua função é a de divulgar o potencial do acervo, transformar o documento bruto em pesquisa, incitar à investigação, produzir leituras da história e dar a conhecer o acervo com a linguagem que o público final compreende (Barbosa & Silva, 2012, p. 2).

³² Ibidem.

Alberch i Fugueras (2011, p. 473), no âmbito da função cultural dos arquivos, propõe que a difusão seja realizada a partir do viés social, tendo como exemplo as primeiras ações realizadas pelos Arquivos Nacionais de França, com exposições de sigilografia e paleografia do acervo do Marquês de Laborde, em 1857 e, ainda, os serviços educativos do arquivo nacional francês, instituído por Charles Braibant, em 1949. O autor reconhece, também, que um novo modelo para as atividades culturais é fundamental, devendo contemplar: a melhoria da imagem e da identidade institucional; a institucionalização do serviço didático/educativo e a sua visualização no organograma; a integração e o aproveitamento dos recursos humanos e da experiência dos profissionais envolvidos; a colaboração em rede e o trabalho cooperativo com outros arquivos e instituições culturais; a criação de produtos de informação para novos utilizadores; a exploração das possibilidades tecnológicas de informação e comunicação; o uso do marketing e da comunicação; e a formação de professores que tenham um adequado conhecimento dos arquivos³³.

2.2. Difusão editorial

As publicações são ferramentas de comunicação com a administração, o meio académico e o público em geral, contendo informação a respeito do conteúdo dos acervos, das atividades e dos programas do arquivo. Como refere Bellotto (2004, p. 236), esses instrumentos permitem atrair novos utilizadores e fazê-los compreender a natureza e a dimensão do arquivo. Além da dimensão técnica e de pesquisa, um arquivo público pode produzir outro género de publicações que o tornem, também, um centro de vivência cultural, tanto quanto um laboratório de pesquisa histórica.

O boletim informativo, igualmente designado de newsletter, é um exemplo de um recurso de custo reduzido que pode ser dirigido tanto para utentes que frequentam o arquivo como para potenciais utilizadores. O objetivo é despertar o interesse para futuros eventos e iniciativas realizadas. (Perez 2007, p. 36) Através da newsletter, via e-mail, é possível fazer chegar informação sobre catálogos de exposições, atividades de vária ordem, mantendo o utilizador atualizado.

Nogueira (2012, p. 115) afirma que, sendo um tipo de publicação dos serviços do arquivo, o boletim informativo deve constituir um canal de comunicação com o cidadão e um

³³ Ibidem.

registro público e generalizado das atividades da instituição. O seu carácter sinótico permite-lhe ser usado na investigação dos meios de comunicação dos arquivos em épocas distintas. A importância da utilização do suporte físico e do meio digital parece óbvia, para facilitar a expansão da audiência.

As revistas produzidas pelos arquivos são outro tipo de publicações que se inserem na difusão editorial. As publicações periódicas devem apresentar notícias sobre as atividades do arquivo, destacar as novas aquisições de fundos documentais, artigos e investigações sobre temas relacionados com as Ciências da Informação, as Ciências da Comunicação e a Arquivologia (Cruz, 1994, p. 364). É relevante, por outro lado, divulgar dissertações ou demais trabalhos académicos que implicam investigação nos documentos dos acervos, bem como proceder à sua disponibilização, se possível, em suporte digital.

Bellotto (2004, p. 237) salienta que o livro, pela sua própria natureza, tem um carácter de permanência e multiplicidade que o torna ferramenta de publicidade constante e lhe abre um amplo espaço de ação e indeterminação de uso no tempo. O livro torna-se um permanente aviso da existência e da atividade do arquivo. A autora explica que a consulta a um acervo documental é sustentada através de um tripé constituído pelo o historiador, o administrador e o cidadão: “Para o primeiro, ali se concentra sua matéria prima profissional; para o segundo, seu arsenal de provas, testemunhos e informações; para o terceiro, os dados que informam e definem a comunidade em que vive e sua própria atuação nela”³⁴.

O historiador, o administrador e o cidadão não terão acesso à informação requerida se não lhes for possível conhecer o conteúdo dos documentos do arquivo, a sua tipologia, a instituição produtora e as inter-relações existentes entre eles. Isso só é possível através da publicação de instrumentos de pesquisa, que são o ponto de conexão entre os documentos procurados e o utilizador. Como método de orientação, os catálogos servem para auxiliar o utilizador na busca da informação, secundar visitas a exposições e constituir mais uma ferramenta de divulgação. Para uma melhor compreensão, devem apresentar uma imagem atrativa, com linguagem clara e sem tecnicismos, por forma a chegar a todos os públicos (Cruz, 1994, p. 364).

As publicações representam, ainda, úteis ferramentas quando o público-alvo são os profissionais da área. As publicações técnicas, maioritariamente desenvolvidas por conselhos técnicos, têm como objetivo auxiliar profissionais nas práticas de gestão,

³⁴ Ibidem, p. 238.

disseminar o conhecimento arquivístico, estipular padrões de gestão e melhores práticas do arquivo.

2.3. Difusão cultural

A difusão cultural consiste em atividades paralelas àquelas desenvolvidas normalmente pelos arquivos públicos. Podem ou não estar diretamente relacionadas com as atividades operacionais dessas instituições, estando, porém, destinadas a um público específico, presente, por exemplo, em conferências, exposições, lançamentos de livros, oficinas, ciclos de projeção de filmes ou visitas guiadas (Perez, 2007, p. 35).

O desenvolvimento de ações culturais contribui para a consciencialização cívica e procura desconstruir ideias estereotipadas, além de atuar no processo de construção do conhecimento. Sobre a finalidade do desenvolvimento de ações culturais, Ramos (2007, p. 93) refere que “a ação cultural deve envolver a possibilidade de os indivíduos aprenderem e dominar os procedimentos da expressão cultural e conduzir à apreciação crítica da arte”. Com isso, os sujeitos poderão se expressar de modo autónomo e refletir sobre a sociedade à qual pertencem. Ademais, “estas ações se norteiam pelo fomento à criatividade, à pesquisa, à rutura e ao conhecimento”³⁵.

O exemplo de difusão cultural mais recorrente nas instituições arquivísticas consiste em exposições de documentos históricos, que devem ser dirigidas a todo o tipo de público com o objetivo de alargar a audiência (Perez, 2007, p. 36). Estas iniciativas representam uma oportunidade de divulgação do acervo custodiado e aproximam o cidadão da história de seu país. Como técnica de boas práticas de difusão de arquivos, Nogueira (2012, p. 115) salienta a importância de avaliar a exposição no fim da mesma, de modo a identificar aspetos positivos, negativos, impacto da exposição, relação custo benefício e procedimentos a melhorar ou não repetir. A avaliação deve estar presente desde a abertura da mostra.

Com as tecnologias atuais, é possível realizar exposições virtuais. Esse formato incentiva o público a obter informação por novas vias e sentir-se encorajado em visitar a exposição física, caso exista, depois de a visualizar digitalmente. Pode, por outro lado, requerer uma produção a custos mais reduzidos, podendo, por isso, estar disponível por períodos mais alargados comparativamente às exposições físicas. A mostra virtual potencia a

³⁵ Ibidem, 94.

interatividade e a criação de novos espaços de partilha do conhecimento, a bem da satisfação das necessidades informativas do público-alvo, do aumento da projeção do arquivo e da democratização do acesso. (Nogueira, 2006, p. 8).

Outra ferramenta de difusão bastante recorrente nas instituições culturais são as visitas guiadas. Segundo Cruz (1994, p. 363), podem ser utilizadas em modo de apresentação dos serviços oferecidos pelo arquivo de forma a despertar o interesse do utilizador para futuras investigações ou participação em eventos culturais. As visitas guiadas devem ser apresentadas em diferentes idiomas, de forma a ampliar o seu alcance, e conduzidas por profissionais habilitados com profundo conhecimento das instalações, do acervo e do histórico da instituição.

A difusão cultural oferece um amplo campo de opções de atividades e, para potencializar o seu alcance junto do público, beneficia com o estabelecimento de parcerias com outras instituições culturais ou de ensino. Segundo Nogueira (2012, p. 117), o estabelecimento de parcerias estreita as relações entre entidades, amplia as oportunidades de comunicação e cooperação, otimiza recursos e proporciona novas perspetivas e abordagens. A cooperação institucional não se deve esgotar, neste sentido, em ações, atividades e/ou produtos no contexto da organização, descrição e conservação de arquivos. A existência de protocolos com entidades locais fortalece as relações institucionais e aproxima uma entidade tutelada pelo poder central de outra cuja dependência remete para o poder local. Diversas instituições públicas ou privadas podem beneficiar das atividades combinadas com arquivos. As parcerias com empresas turísticas, por exemplo, permitem tornar o arquivo uma rota de turismo, além de contribuir para a inserção de novos roteiros. Concomitantemente, pode-se promover “a criação de novos serviços e projetos de difusão, com o objetivo de atingir ou ampliar o público” (Mariz, 2012, p. 30).

A prática da ação cultural possui um carácter transformador da realidade social e pressupõe que os indivíduos sejam sujeitos ativos num processo sistemático de criação de novos bens culturais e conhecimentos, e não em atividades esporádicas. Importa, pois, fomentar a participação no “sentido de opinar, formular e criar” (Rosa, 2009, p. 373), enquanto sujeitos da cultura, por meio da troca de experiências, debates que permitam aos indivíduos uma visão mais reflexiva e crítica do mundo onde vivem. O uso da história oral como metodologia, aliado a um serviço educativo bem planeado, em consonância com uma política institucional orientada para algo mais do que as funções primordiais dos arquivos, pode propiciar uma mudança de imagem junto da sociedade e,

principalmente, contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade (Cabral, 2012, p. 41).

As oficinas e workshops são, por sua vez, instrumentos pedagógicos que devem ser realizadas no âmbito arquivístico, sejam de natureza técnica ou temática. As técnicas são voltadas para a execução, qualificação e aprendizagem de determinada função por parte dos profissionais, enquanto as oficinas temáticas procuram o desenvolvimento de temas relevantes, histórica e/ou socialmente, visando a construção do conhecimento (Santos e Borges, 2014, p. 320).

No que se refere ao âmbito digital, o arquivo deve aperfeiçoar a acessibilidade dos recursos disponibilizados, de modo que a informação corresponda e se adapte às necessidades dos utilizadores, que exigem cada vez mais rapidez, eficiência e precisão na pesquisa de informação (Freitas & Silva, 2016). Somente antecipando necessidades poderá ser possível promover a satisfação de quem recorre aos arquivos no dia a dia para resolver problemas ou desempenhar tarefas infocomunicacionais.

A disponibilização de instrumentos de acesso à informação e de outros recursos informativos demonstra-se particularmente decisiva para a angariação e fidelização de utilizadores, nomeadamente em ambiente digital. Parece, por isso, importante investir a este nível, uma vez que a extensão do uso de tecnologias de informação e comunicação permite uma exploração mais intensiva do capital da informação dos arquivos, consolidando o seu uso social (Navarro, 2001, p. 53).

Ainda no campo digital, importa, também, destacar a relevância da presença das instituições nas redes sociais. Trata-se de plataformas que incentivam a ligação entre indivíduos, propiciando um conjunto de serviços e aplicações que promovem a conversação e a partilha de ideias e interesses comuns. Em resultado dessa interação, abrem novas possibilidades de comunicação e de informação, tanto nas atividades das instituições e na prestação de serviços ao utilizador como nas relações entre profissionais (Alvim, 2011, p. 18).

No contexto das redes sociais, considera-se relevante avaliar devidamente a utilidade dessas plataformas para a partilha e difusão da informação arquivística, tendo presente que “a simples adesão e uso das novas tecnologias não é suficiente para assegurar a qualidade dos serviços virtuais” (Alvim, 2009/2010, p. 51). Torna-se, assim, imperativo que cada instituição defina a sua estratégia de comunicação neste domínio, nomeadamente os conteúdos que pretende disponibilizar e os públicos que pretende

alcançar, pois “o sucesso de uma rede social online reside [...] nos seus utilizadores e na participação ativa dos mesmos”³⁶.

Os profissionais da informação não devem deixar de estar atentos às inovações no campo da comunicação. A interação entre os sujeitos sociais prossegue a um ritmo elevado, pelo que importa saber dominar um vasto conjunto de recursos tecnológicos. Depende deste fator a partilha eficaz da informação e documentação, a interação ativa com os utilizadores, a atualização constante de conteúdos e o aumento da eficiência interna do arquivo.

Outra questão abordada anteriormente, e para a qual os arquivos devem estar atentos, consiste na facilidade e agilidade dos processos de pesquisa da informação. Arquivistas, bibliotecários e museólogos devem proporcionar mais autonomia aos utilizadores quer em visitas ou consultas de natureza variada, quer nas investigações mais especializadas que realizam nessas instituições (Perez, 2007, p. 25). Os cursos de pesquisa e consulta orientados para os utilizadores vão se tornando sempre mais comuns. Estas iniciativas existem em diferentes modalidades, com maior ou menor duração.

A expansão das Ciências Humanas tem levado aos arquivos um público bem diferente daquele utilizador tradicional – o investigador propriamente dito –, o que vem exigindo importantes transformações. Diante desta realidade, torna-se amiúde difícil aferir a eficácia dos serviços oferecidos. A literatura sobre estudos de utilizadores é limitada, poucos trabalhos são conhecidos sobre o assunto, principalmente sobre utilizadores de arquivos (Perez, 2007, p. 18). Mas os arquivistas começam a conhecer melhor o seu público, cada vez mais alargado, a pensar em formas inovadoras de tratar os seus acervos e, sobretudo, em criar e aperfeiçoar os serviços de referência com sistemas de recuperação automatizados para a rápida localização das informações³⁷. O estudo sobre os utilizadores constitui, deste modo, um instrumento importante para a avaliação e o planeamento desses serviços.

Cumpre, por último, salientar que os arquivos nacionais, enquanto instituições públicas culturais, devem alargar os serviços muito para além da promoção de eventos que apenas incluam os documentos depositados nos acervos. As suas instalações devem estar disponíveis para acolher diferentes eventos de culturais, como concertos musicais, teatro, dança e demais manifestações artísticas.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

Durante o período revolucionário francês, ainda no século XVIII, uma das motivações que levou à criação de arquivos públicos consistiu na necessidade de aumentar a eficiência governamental e demonstrar interesse por questões de ordem cultural (Schelleberg, 2006, p. 31). Os arquivos públicos são, neste sentido, um tipo de fonte de cultura, como os livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, monumentos ou edifícios.

Não obstante as funções de recolha, custódia, preservação e organização dos fundos documentais, os arquivos passaram, também, a explorar atividades culturais e a alargar, desta forma, a sua função social. Segundo Minuzzo (2010, p. 16), a ação cultural e patrimonial está orientada para a formação da identidade cultural, um elemento fundamental para o exercício da cidadania, podendo ser desenvolvida através de projetos culturais que privilegiam os eixos da literatura, dança, música, do teatro, folclore, das manifestações culturais e artísticas (Menezes, 2012, p. 53).

2.4. Difusão educativa

A definição de difusão educativa apresentada por Perez (2007, p. 32) remete para programas educativos desenvolvidos nos arquivos ou com a participação destes, onde os estudantes recebem as noções básicas de como funcionam os arquivos e qual o papel que desempenham na sociedade. Essas atividades estão, normalmente, relacionadas com a história local, com personalidades ou com a história das instituições relevantes da região. Não restam dúvidas de que os arquivos representam uma fonte privilegiada de conhecimento para o ensino, podendo ser explorados em diversas disciplinas como a História, o Português, as ditas Ciências Exatas ou a Geografia. Barbosa & Silva (2012, p. 13) salientam que, a partir de documentos manuscritos, mapas, jornais, revistas e fotografias, entre outras fontes, é possível transmitir conhecimento, ou construí-lo, de maneira que o documento não represente uma mera ferramenta. Contrariamente, os diversos tipos de documentos podem despertar a curiosidade e suscitar várias questões que possam ser discutidas e analisadas, desenvolvendo o pensamento crítico entre os alunos. Para além disso, os laços entre o arquivo e o ensino estreitam-se na medida em que o serviço educativo oferece ao público escolar ações voltadas para a conscientização sobre a importância da preservação da memória social.

A criação de serviços educativos atesta o esforço dos arquivos para a afirmação da sua função didática e da sua utilidade como recurso pedagógico. Por intermédio do contacto

direto com os documentos originais, potencia-se a capacidade de observação, reflexão e o sentido crítico dos alunos, bem como o gosto pela história local, ancorado na curiosidade pelo passado (Vela, 2001, pp. 57-58).

Os arquivos devem posicionar-se enquanto recursos de sustentabilidade do sistema educativo, encontrando, através das novas tecnologias, meios para servir a formação da identidade cultural e a consciência histórica dos mais novos (Henriques, 2012/2013, p. 61). É necessário promover e manter atualizado este tipo de serviços, desenvolver um projeto partilhado com as escolas e outras instituições culturais, ajustado aos seus programas e intenções, provendo, assim, a formação da cidadania e os valores democráticos de liberdade, respeito e tolerância (Vela, 2001, p. 61).

Segundo Cruz (1994, p. 372), a difusão educacional norteia-se pelos seguintes objetivos: aproximação das fontes primárias como meio de melhorar a compreensão da História, Geografia e Ciências Sociais; potencializar a capacidade analítica e sentido crítico através da gestão de diferentes fontes documentais que refletem o mesmo episódio de uma maneira diferente; promover, através dos documentos, o respeito pelo património histórico e uma compreensão do passado e do presente mais aprofundada.

Outra estratégia que pode trazer bons resultados é a construção de planos curriculares, permitindo que tanto professores como arquivistas planeiem as atividades ao longo do ano letivo, com exposições, aulas, oficinas e debates que visem aprofundar as informações recebidas pelos alunos. Assim, por meio destas atividades, os alunos participam como sujeitos ativos no processo de criação de conhecimento. Entre as atividades podem destacar-se, a título de exemplo, workshops, cursos, *peddy-papper* e visitas guiadas, além de aulas virtuais e de programas de desenvolvimento profissional destinados aos docentes. Os professores deverão ser alvo de formação em matéria de arquivos. Somente na posse dessas competências poderão estimular nos alunos a curiosidade e o interesse pelos arquivos e o reconhecimento do seu valor (Henriques, 2012/2013, p. 69).

A promoção de concursos científicos é outro meio que tanto permite atrair a população quanto disseminar as informações contidas no arquivo, tendo em vista que os mesmos podem ser realizados com recurso aos documentos que se encontram sob a custódia da instituição. Essa ação visa suscitar uma nova forma do ensino da História, mais vibrante e mais concreta, fazendo o aluno participar ativamente na pesquisa com documentos originais sobre um tema do seu interesse (Santos & Borges 2014, p. 318).

2.5. Enquadramento legal dos arquivos

No âmbito do acesso público ao património documental, ao nível mundial, o Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO,) foi criado em 1992 com o objetivo de: a) disponibilizar técnicas adequadas para promover a preservação do património documental; b) promover meios para facilitar o acesso ao património documental; e c) possibilitar a consciencialização da importância do património documental (Arquivo Nacional do Brasil, 2017).

Mais voltado para o ensino, outro importante programa consistiu na convenção realizada em Paris, em 2003, sobre a salvaguarda do património cultural imaterial, na qual se discutiram as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, da sua interação com a natureza e da sua história, gerando um sentimento de identidade coletiva, contínuo, e contribuindo, desta forma, para promover o respeito pela diversidade cultural e a criatividade humana (UNESCO, 2003, pp. 2-3).

De acordo com a Declaração Universal sobre os Arquivos (2010), estas instituições, além de registarem decisões, ações e memórias, são um património único e insubstituível transmitido de uma geração para outra. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e a salvaguarda da memória. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida, contribuindo, por isso, para a promoção de uma cidadania responsável.

Segundo Turrión Garcia (2010, p. 72), os direitos humanos incluem o direito à cultura, pelo que todos os povos têm o direito de desfrutar do património histórico cultural. Ao Estado, por sua vez, compete preservar o património, divulgá-lo e torná-lo acessível aos cidadãos, procurando construir, a partir do mesmo, regiões de sentidos que promovam o desenvolvimento social, histórico e cultural.

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) é a organização profissional da comunidade de arquivos, dedicada a promover a conservação, o desenvolvimento e a utilização do património mundial dos arquivos. Reúne os dirigentes de arquivos nacionais, associações profissionais de arquivistas, arquivos locais e regionais e arquivos de outras organizações,

bem como como arquivistas individuais. Conta com cerca de 1.400 associados em mais de 190 países.

O CIA trabalha no sentido de fazer chegar aos órgãos competentes informação sobre boas práticas ao nível da gestão arquivística, disponibilizando informação, investigação e práticas educativas ao alcance de qualquer país para melhorar as ações dos arquivos. Para esse efeito, são organizados vários congressos de onde resultam, por vezes, reformas, normas, decisões ou publicações tendo em conta a preocupação com os arquivos ao nível mundial e tentando encontrar soluções para os problemas existentes e aqueles que possam surgir. As recomendações são baseadas em normas, manuais, orientações técnicas e outras publicações no âmbito da arquivística, importantes para orientar a gestão dos documentos ao longo da sua vida (Arquivo Nacional do Brasil, 2016).

Uma das conquistas do CIA consiste na criação da Declaração Universal sobre Arquivos, aprovada na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo, na qual se “reconhece o importante papel que os arquivos desempenham em apoio aos direitos democráticos dos cidadãos. O documento “incentiva os Estados-Membros a serem guiados pelos princípios estabelecidos na Declaração Universal sobre os Arquivos ao planear e implementar estratégias e programas futuros a nível nacional” (UNESCO, 2011).

Outro elemento relevante no que se refere ao enquadramento legal arquivístico reside nas associações de profissionais. Se existe um conjunto de leis que assegura a proteção dos acervos documentais, também a cooperação e troca de conhecimento entre profissionais da área é fundamental para fomentar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos. Conforme afirma Luchmann (2014, p. 167), as pessoas, em associação, “desenvolvem sentidos e perceções da vida social que transcendem a dimensão individual e pessoal”.

No contexto de uma associação, os indivíduos desenvolvem atividades voltadas para o atendimento de objetivos comuns, bem como ações orientadas para o crescimento profissional, nomeadamente a promoção de estágios, palestras, minicursos, encontros e congressos. A visibilidade no mercado laboral e a interação entre os associados são alguns dos aspetos positivos que, quando fomentado, se estendem ao grupo e alcançam todos os profissionais de uma mesma categoria.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. O modelo francês de difusão editorial

Os Arquivos Nacionais de França possuem um amplo número de publicações e dispõem de um boletim informativo mensal com o objetivo de manter os utilizadores atualizados. O acesso faz-se através de um cadastro prévio no website da instituição. O boletim informativo, editado também em suporte multimédia, detalha a agenda cultural dos arquivos, apresenta notícias a respeito da instituição, assinala novas coleções documentais, conferências e congressos.

Todo o material editorial está disponível no website dos Arquivos Nacionais, incluindo uma extensa lista de catálogos de exposições, ordenados conforme a data de publicação e em formato de revista, onde o utilizador realiza a pesquisa ao folhear as páginas do documento. Os instrumentos de pesquisa são apresentados de acordo com o plano de orientação geral da sala de inventário virtual, disponível no website. Por uma questão de clareza, são introduzidos subtítulos temáticos. Outras publicações podem ser encontradas na sala de inventário dos sítios online de Paris e Pierrefitte-sur-Seine. Estão disponíveis coleções e 14.000 notas que definem as entidades (organizações e indivíduos) a partir do qual os arquivos se originam.

O acervo conta com mais de 1,9 milhões de arquivos digitalizados e documentos de banco de dados LEONORE (registos de detentores da Legião de Honra, 1800-1976, parcialmente digitalizados). O catálogo online é atualizado regularmente, descreve e regista as coleções e fundos documentais custodiados pela instituição, independentemente do suporte, pergaminho ou papel, fotográfico ou digital. O catálogo online também pesquisa a partir dos seguintes bancos de dados, diretamente acessíveis usando os links: ARCADE (informações sobre compras estatais de obras de arte, 1800-1969); ARCHIM (coleção de imagens digitalizadas de documentos emblemáticos); LEONORE (registos dos detentores de Légion d'honneur, 1800-1976).

Os Arquivos Nacionais de França dispõem de uma revista exclusiva, a *Mémoire d'avenir*, publicada trimestralmente, que apresenta os eventos em agenda tanto dos Arquivos Nacionais como de arquivos distritais, biblioteca nacional e museus. São publicados, ainda, artigos referentes às Ciências da Comunicação e à Educação Patrimonial.

A nota de abertura é escrita pelo diretor dos Arquivos Nacionais, Bruno Ricard, que apresenta os tópicos dos assuntos abordados na edição e assinala as principais notícias a

respeito da instituição. Todas as edições já publicadas encontram-se disponíveis no website e as novas publicações são enviadas através do boletim informativo.

Para atender o público mais especializado, os Arquivos Nacionais disponibilizam gratuitamente, no seu website, um amplo volume de publicações técnicas e registos de eventos profissionais realizados. Destacam-se, neste sentido, publicações técnicas como atas de seminários e dias de estudo dinamizados pelos Arquivos Nacionais, estudos publicados pelo Serviço Interministerial da instituição, guias de pesquisa, orientações várias e dicionários biográficos.

1.1. Boletins, catálogos, revistas e publicações técnicas em Portugal e no Brasil

O Arquivo Nacional do Brasil dispõe de um extenso volume de publicações, mas não faz uso do boletim informativo. A partir da entrevista concedida por Luiz Salgado (julho de 2019), desempenhando funções de técnica superior na instituição, foi possível perceber que a comunicação institucional e a relação com os utilizadores se processam através das redes sociais, nomeadamente Facebook, Instagram, Twitter, Flirck, Pinterest, YouTube, Mix Cloud e Zappiens. O objetivo passa por disponibilizar informações que suscitem o interesse do público e transmitam a relevância do arquivo.

O website mantém uma atualização quase diária com notícias do âmbito da Arquivologia, Ciências da Informação, História e sociedade. É também através do sítio online que a instituição divulga e disponibiliza os catálogos físicos e digitais, incluindo o material afeto às exposições realizadas, com uma ampla diversidade de temas. O arquivo possui uma publicação digital, intitulada *Cadernos MAPA*, que tem por objetivo disponibilizar trabalhos monográficos sobre diversos aspetos do Estado brasileiro e da sua organização administrativa ao longo da história do país.

A revista *Acervo* é outra publicação disponibilizada quadrimestralmente e distribuída desde 1986, tendo como objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, especialmente no domínio da História e Arquivologia. Em formato digital, é constituída pelas secções Entrevista, Dossier Temático, Artigos Livres, Documento e Resenha, sendo publicada em português, espanhol e inglês. A revista *Acervo* consta em diversos repositórios e motores de busca académicos como o Google Académico, Rede Ibero americana de inovação e ciências humanas e Open Academic Journal Index.

Além da revista oficial, o arquivo coloca em linha a totalidade das edições do jornal *EX*, produzido entre 1973 e 1975, com periodicidade mensal. Foi um dos órgãos expoentes da designada imprensa alternativa durante a ditadura militar. Os seus vinte números, que incluem edições especiais, foram reunidos pela Imprensa Oficial e pelo Instituto Vladimir Herzog em versão fac-similar impressa. Publicações de outras instituições são igualmente divulgadas, como a revista *Direitos Humanos*, da responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Aborda questões no âmbito da educação em direitos humanos e da construção de um novo patamar de respeito sobre a dignidade e o desenvolvimento cívico. O arquivo conta atualmente com 28 publicações técnicas, disponíveis gratuitamente em formato digital e versando temas no âmbito das diretrizes para a gestão de documentos musicográficos, preservação de documentos arquivísticos digitais, recomendações para digitalização de documentos arquivísticos, conservação preventiva em bibliotecas e arquivos e guias para a criação e gestão de arquivos públicos municipais.

	Boletim informativo	Catálogos	Revista	Publicação técnica
Arquivos França	C	C	C	C
Arquivo Brasil	NC	C	C	C
Torre do Tombo	NC	C	NC	CP

Tabela 2: Análise comparativa das práticas de difusão editorial em França, Brasil e Portugal

Legenda: C - Contempla; CP - Contempla Parcialmente; NC - Não Contempla

Conforme a tabela 2, o Arquivo Nacional Torre do Tombo é o que apresenta uma menor oferta de publicações disponíveis em formato digital, comparativamente com as realidades francesa e brasileira. À semelhança do arquivo brasileiro, também não possui um boletim informativo, pelo que o envio de informações e a divulgação de eventos é feita por solicitação dos próprios utilizadores, maioritariamente via e-mail, que normalmente são grupo escolares, instituições ou turistas. O arquivo dedica um espaço no website para a publicação de notícias sobre eventos, exposições e temas no âmbito da História, educação e cidadania.

No âmbito das exposições, o Arquivo Nacional Torre do Tombo apresenta catálogos com ampla informação, ilustrados, disponíveis em português, inglês e espanhol. Dependendo do tema da mostra, o catálogo pode ser apresentado noutra língua, como é o caso da exposição *Chapas Sínicas*, em mandarim, que contempla documentos relativos à relação entre Macau e Portugal. Para venda, na loja física ou virtual, encontram-se catálogos e

guias de antigas exposições, sendo que a disponibilização gratuita deste tipo de publicações em suporte digital é limitada e não abrange a totalidade de exposições realizadas pelo arquivo.

Outro ponto relevante, segundo a tabela 2 (p. 55), reside na ausência de uma revista própria, registando-se apenas a participação e cooperação na publicação das duas séries da revista criada pela DGLAB, intitulada *Na Crista da Onda*. A primeira série abordou a temática das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e a segunda foi dedicada aos escritores mais representativos da literatura portuguesa. As revistas encontram-se à venda em formato físico e digital. A instituição não possui manuais técnicos publicados, facultando, porém, na sua página online, guias e manuais em ficheiro PDF sobre normas internacionais de descrição arquivística. Na loja física, disponibiliza para venda guias e inventários das coleções integrantes do acervo do arquivo e publicações relacionadas com congressos, seminários e mesas-redondas, como, por exemplo, *Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo* (2004).

2. O modelo francês de difusão cultural

A ampla oferta de eventos culturais por museus, bibliotecas e arquivos resulta do pioneirismo francês quando se decidiu que a essas instituições públicas cabia, também, o papel de aproximar os bens culturais dos cidadãos. Na análise realizada em dezembro de 2019, os Arquivos Nacionais de França oferecem nove exposições em simultâneo, permanentes ou temporárias. As mostras permanentes promovidas pelo Museu dos Arquivos Nacionais difundem documentos extraídos dos acervos da instituição.

Alguns dos grandes documentos da história francesa estão em exposição nas salas de receção, como o Édito de Nantes e a carta final escrita por Maria Antonieta. Os armários que suportam a mostra, em madeira enegrecida, com acessórios de bronze, foram especialmente projetados para a abertura do museu em 1867. Para familiarizar o cidadão com a história dos Arquivos Nacionais, a exposição *O Império Salle* recria o ambiente de trabalho de um arquivista, incluindo a mesa de estilo Louis XV onde Jules Michelet trabalhava. Os recipientes e embalagens usadas pelos arquivos, da Idade Média ao século XX, são elementos constitutivos da mostra (Archives Nationales, 2020).

É possível aceder a uma sala audiovisual para apresentações de filmes e módulos 3D sobre como os documentos foram produzidos. A antecâmara no piso térreo tem uma nova seleção de originais e fac-símiles (de esboços, registos cartográficos e imagens em

movimento) que são representativas da variedade cronológica e tipológica de registos mantidos. Esses documentos são ilustrativos de como as formas de escrita e as publicações periódicas evoluíram ao longo do tempo, tanto em registos públicos quanto privados. É neste espaço que se encontram as exposições temporárias, que têm a duração de quatro a cinco meses. As exposições virtuais estão disponíveis no website, suporte que faculta a compilação de todas as exposições dos arquivos públicos franceses. O acervo conta com 388 mostras no âmbito de várias temáticas provenientes de 80 instituições. As visitas guiadas são, por sua vez, adaptadas conforme o grupo recebido e, como política de inclusão social, são facultadas visitas gratuitas todas as segundas-feiras, às 14 horas. Nas instalações de Pierrefitte-sur-Seine, o programa da incursão contempla o edifício projetado pelo arquiteto Massimiliano Fuksas e o funcionamento das salas de leitura. Já nas instalações de Paris, o programa da visita inclui o Hôtel de Soubise, o Hôtel de Rohan, as salas de leitura e o seu funcionamento. Existem programas específicos organizados para associações, círculos genealogistas ou grupos turísticos. O público escolar dispõe de programas exclusivos combinados com outras atividades, como oficinas, palestras e visitas que contemplam mais de uma instituição no mesmo dia. Aos professores são disponibilizadas diversas temáticas (tabela 3) para possibilitar a organização dos conteúdos em ambiente de sala de aula, alternando com atividades nos próprios arquivos.

Acervo documental e organização de conteúdos letivos	
Oferta temática	Caligrafia medieval
	Iluminismo no Oriente e no Ocidente
	À sombra do recinto de Filipe-Augusto: a história de uma comunidade urbana em Paris medieval
	Simbolismo real na época de Saint Louis
	Arte e estilo no Iluminismo: móveis, decoração e arquitetura
	Em plena vela (tema marítimo)
	Europa vs Napoleão
	A guerra em cartazes (1939-1945)
	Vida cotidiana durante a Ocupação
	Soliman, o Magnífico e François

Tabela 3: Temas disponibilizados pelo arquivo aos professores

A visita virtual em formato 3D é outra possibilita ao dispor do utilizador, permitindo uma visão panorâmica de todo o espaço, com opção de escolha segundo a ordem cronológica e os documentos de interesse. As imagens são secundadas por descrições sobre o documento selecionado, com legendas e língua gestual. São abordados temas como a história da instituição, o seu espaço físico, as exposições permanentes e os serviços disponibilizados.

Como forma de ampliar os serviços oferecidos e a audiência, os Arquivos Nacionais mantêm colaborações com muitas instituições culturais ou de ensino superior no contexto de projetos conjuntos, científicos, pedagógicos, artísticos e profissionais. A natureza dessas parcerias está inscrita no Projeto Científico, Cultural e Educacional da instituição. As parcerias científicas e o serviço de relações internacionais constituem elos de ligação com instituições de ensino superior, museus, grupos de pesquisa, associações de arquivistas e demais organizações direcionadas para a cultura e tratamento de informação. O objetivo consiste em promover projetos profissionais, experiência em formação universitária e cooperação internacional. As valências decorrentes das coleções em acervo e do conhecimento em áreas como as Ciências do Património constituem um amplo campo de investigação propício para o estabelecimento de parcerias interdisciplinares de pesquisa.

Os Arquivos Nacionais de França revelam um histórico de pioneirismo também quanto a ações pedagógicas e culturais no âmbito arquivístico, pelo que as suas ofertas temáticas abrangem públicos diversos. Desde a década de 1980, a Sociedade de Amigos dos Arquivos da França tem oferecido cursos de paleografia abertos ao público. A finalidade consiste em ajudar os utilizadores que desejam ler e compreender os documentos históricos à guarda dos arquivos franceses. Os cursos estão organizados em vinte sessões, durante as quais dois ou três documentos são lidos e transcritos. As oficinas são ministradas por técnicos científicos da instituição e outros arquivos.

Já as oficinas familiares são oferecidas a crianças com idades entre os 5 e 12 anos, acompanhadas pelos progenitores, combinando a observação de documentos de arquivo com atividades criativas. As oficinas de selos são alguns exemplos de como é possível recorrer a documentos originais da Idade Média para despertar o interesse e o conhecimento dos mais novos, ora sobre a natureza desses documentos, ora sobre a forma como se processava a impressão de cera, resultando na construção de um molde original. Na oficina de cavalheirismo, os participantes moldam o seu próprio brasão de armas.

Para públicos mais específicos, o Serviço Educacional dos Arquivos Nacionais disponibiliza uma oferta específica de visitas e oficinas para gerentes de instalações médicas, doentes e cuidadores. Cada atividade começa com uma apresentação dos espaços, uma descoberta do período em causa e o contacto com documentos originais do arquivo. A sessão encerra com uma oficina de prática artística ou técnica. A oficina de caligrafia coloca, por exemplo, os participantes na pele de monges copistas, sendo possível aprender a usar a caneta ou calame para criar um documento próximo do original. O Projeto Científico, Cultural e Educacional dos Arquivos Nacionais de França assume particular relevância neste domínio, uma vez que pretende fortalecer a função da instituição tanto ao nível da investigação em fundos documentais como no contexto de uma mediação cultural capaz de informar os públicos mais jovens e mais desfavorecidos sobre o valor da cidadania. O novo programa do projeto visa consolidar a presença da instituição nas esferas digitais, no âmbito de catálogos online, atividades educacionais ou exposições, por forma a repensar o uso dos arquivos como parte de uma abordagem participativa em estreito envolvimento com o público.

Em termos de tecnologia digital, existe um esforço para tornar o website acessível e inclusivo, especialmente para pessoas com deficiência visual. A versão HTML está em conformidade com as recomendações da Administração Francesa de Referência à Acessibilidade na Internet (RGAA), contemplando a indicação de uso e atalhos com possibilidade de expansão ou diminuição do texto, além da navegação feita por botão de tabulação. Possui, ainda, elementos complementados por texto, links e imagens legendadas por um equivalente textual, bem como navegadores específicos para melhores adaptações do conteúdo.

A utilização das redes sociais está inserida numa estratégia de permanente informação do público sobre a dinâmica da instituição, divulgando-se notícias, agendas de eventos e conteúdos voltados para as Ciências da Informação, Ciências da Comunicação e Ciência da Educação. As páginas são atualizadas com frequência e o conteúdo partilhado em simultâneo nas plataformas Twitter, Facebook e Instagram. O engajamento dos utilizadores pode ser medido através do elevado número de seguidores nas redes sociais. No Twitter são aproximadamente 30 mil seguidores, no Facebook 22.530 e no YouTube registam-se 678 subscrições.

A agenda anual é planeada com antecipação e divulgada, privilegiando projetos artísticos e culturais nas instalações de Paris e Pierrefitte-sur-Seine. Seja em cenário de eventos ou exposições, no contexto de residências artísticas, em parceria com operadores culturais

ou em concertos, este tipo de projetos procura estabelecer laços entre os artistas e os arquivos no sentido de contribuir para a compreensão do espaço físico arquivista enquanto local de trabalho e conservação do património. Eventos como as *Noites de leitura* (o artista convidado procede à leitura de documentos) ou *Os Arquivos fazem o seu cinema: imagens de ontem para ver hoje* (exibições mensais de arquivo filmado) permitem revelar o potencial rememorativo à disposição da comunidade. São, de facto, muitos os arquivos filmados que se encontram desconhecidos no âmbito de películas de carácter técnico, documentários, curtas-metragens, comunicação ou publicidade.

A realização de concertos para públicos jovens é outra das atividades promovidas pelo departamento educacional, muitas vezes preparados por estudantes ou músicos profissionais no contexto das residências educacionais. Os concertos decorrem em simultâneo com a apresentação de documentos do arquivo. As atuais instalações contam com um auditório multiusos com capacidade para 288 lugares.

Como forma de proporcionar maior autonomia aos utilizadores, os Arquivos Nacionais promovem cursos através dos quais se apresentam os principais arquivos públicos e privados e as suas ferramentas de acesso e pesquisa mais atualizadas. Os cursos não exigem inscrição prévia, são normalmente gratuitos, direcionados para todos os públicos e ministrados pela equipa científica da instituição. Estão disponíveis no website guias de investigação com uma ampla variedade de áreas de pesquisa. Para responder a questões mais específicas, o utilizador pode recorrer ao serviço de atendimento online, mediante registo e criação de conta no sistema. A conta possibilita a seleção e armazenamento das investigações do usuário, reserva de documento para consulta e solicitação de cópias.

O comité de utilizadores encerra, por último, este conjunto de valências ao serviço do público. Com periodicidade quadrimestral, desde 2017, foi criado com o intuito de aproximar a instituição da comunidade, reforçar o diálogo e promover práticas de maior transparência. A participação dos utilizadores tem-se revelado importante, pois permite discutir novos usos e ferramentas digitais, nomeadamente com a criação, no final de 2018, de uma plataforma de arquivamento eletrónico para arquivos e dados nativos digitais.

2.1. Difusão cultural em Portugal e no Brasil: práticas e (des)continuidades

O Arquivo Nacional do Brasil promove exposições desde 1989 com o objetivo de difundir o acervo de documentos textuais, audiovisuais, cartográficos e livros raros sob a sua custódia. O leque temático e cronológico é vasto, tendo sido realizadas mais de 30 mostras

ao longo deste período, em diferentes espaços culturais brasileiros. A partir de 2005, com a restauração do conjunto arquitetónico neoclássico tombado, no Rio de Janeiro, a sede do arquivo tornou-se o espaço principal destas iniciativas e objeto de visitas guiadas. Em contexto escolar, no âmbito do ensino médio e superior, as exposições decorrem com visitas guiadas, modalidade também disponível para organizações não governamentais (ONG) que trabalhem com jovens e grupos de terceira idade. São frequentes as solicitações de empréstimos de exposições e itinerâncias.

As visitas guiadas ao Arquivo Nacional estão disponíveis para o público em geral, são gratuitas e devem ser agendadas com 10 dias de antecedência, através do preenchimento de um formulário disponível no website. Ocorrem de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 14h00, e pretendem corresponder ao interesse de quem quer conhecer o acervo, os diferentes espaços museológicos e de trabalho, perceber a importância da preservação do património documental do país. Encontra-se, ainda, disponível um programa destinado ao público escolar, que inclui uma visita à exposição em cartaz e uma atividade pedagógica. Trata-se de uma ação planeada para desenvolver junto das crianças e dos jovens o interesse por conteúdos culturais. Para estudantes de Arquivística e áreas afins, e profissionais de instituições congéneres, são oferecidas visitas técnicas às áreas de funcionamento de um arquivo, nomeadamente o processamento técnico, a preservação, gestão, o acesso e a difusão.

O arquivo disponibiliza um sítio online exclusivo para as exposições virtuais, inaugurado em 2007 com o objetivo de efetuar a difusão das várias tipologias documentais em acervo e possibilitar recuperar as mostras realizadas nas últimas décadas. Criado pela equipa de Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo (COPED), o portal *Exposições Virtuais do Arquivo Nacional* segue o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrónico (e-MAG), tornando possível a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. Na parte superior do website é apresentada uma barra de acessibilidade onde, além da opção de contraste, se encontram atalhos de navegação em conformidade com os padrões exigidos pelo governo federal. São ferramentas que estão disponíveis em todas as páginas do website e permitem ao acesso de pessoas com necessidades auditivas e visuais.

A instituição baseia a sua estratégia de comunicação, sobretudo, na Internet, através do sítio online e da dinamização de conteúdos em redes sociais, onde se divulgam eventos e notícias (L. Salgado, entrevista, julho de 2019), Está presente no Facebook, Instagram, Twitter, Flirck, Pinterest, YouTube, Mix Cloud e Zappiens. A rede Instagram conta com 93.300 seguidores, o Facebook 71.409 e a conta do YouTube possui 10.000 subscrições,

com 1.828 vídeos publicados. Através da plataforma YouTube disponibiliza-se um conjunto de cinco vídeos, em formato de tutorial, que orienta os utilizadores a respeito de informações relacionadas com o acervo.

Para informações mais detalhadas, o arquivo dispõe do Sistema Eletrónico de Informações (SIAN), que funciona como um guia de inventário de todo o acervo custodiado e está dividido em dois módulos, um dedicado aos fundos e coleções e outro às imagens e mapas. A utilização do SIAN requer que o utilizador se cadastre na plataforma, recebendo, depois, o acesso a todo o material disponível e um documento de identificação, caso seja necessária uma visita presencial à instituição.

O programa *Com a palavra, o usuário* surgiu com a finalidade de dar voz aos investigadores e utilizadores mais assíduos que desenvolvem atividades de pesquisa no Arquivo Nacional. Através desta iniciativa procura-se obter relatos de experiências de pesquisa na instituição e apresentar os temas de investigação. Os eventos culturais decorrem com uma periodicidade trimestralmente, na última quinta-feira do mês, e contam com a participação de investigadores de diversas áreas do conhecimento. As apresentações são transmitidas em tempo real através da página do Facebook.

Os inquéritos de satisfação, dirigidos ao público em geral, são, por outro lado, um útil instrumento para o desenvolvimento do processo de avaliação das práticas do arquivo, nomeadamente ao nível da identificação dos serviços de referência, das ferramentas de pesquisa e infraestruturas de apoio ao atendimento, críticas e sugestões várias. Os resultados dos inquéritos são avaliados mensalmente, emitidos em forma de relatório e disponibilizados no website.

O Arquivo Nacional, enquanto órgão central do CONARQ e do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo (SIGA) do Poder Executivo Federal, implementa ações e parcerias com diversas instituições públicas e privadas. Trata-se de iniciativas de cooperação com outros órgãos governamentais, no âmbito de exposições, da elaboração de guias e manuais de arquivos municipais, ações entre museus, universidades e escolas (L. Salgado, entrevista, julho de 2019). A título ilustrativo, cumpre salientar o projeto *Arquivo Faz Escola*, que tem por objetivo exibir mensalmente produções nacionais, seguidas de mesas-redondas e debates com especialistas/profissionais de outras instituições que trabalham em parceria com o acervo nacional.

O plano de atividades é anual, divulgado no website e nas redes sociais e inclui oficinas pedagógicas e culturais gratuitas e abertas ao público em geral. A *Oficina de Criação de Filmes Lanterna Mágica* é um exemplo deste tipo de eventos e tem como finalidade

incentivar a utilização de imagens de arquivo como fonte de inspiração artística e conhecimento científico. A partir de uma seleção de filmes em acervo, os alunos da oficina participam em discussões teóricas e experimentações práticas para produzir uma obra final, realizada em pequenos grupos (L. Salgado, entrevista, julho de 2019).

Como forma de manter os participantes em contacto com a instituição, os filmes produzidos concorrem entre si na *Mostra Oficina de Criação de Filmes Lanterna Mágica*, inseridos na grelha de programação do evento *Festival Arquivo em Cartaz*, que acontece um mês após a oficina, nas instalações do Rio de Janeiro. Os filmes concorrem entre si nas categorias *júri oficial* e *júri popular*. O filme vencedor coroado pelo júri oficial é premiado com a inserção da película nos espaços institucionais do arquivo, sendo atribuído pelo júri popular o troféu *Batoque*.

Além das habituais exposições, palestras, simpósios, congressos, oficinas e workshops, o arquivo promove eventos culturais cujo processo de criação assenta parcial ou totalmente nos fundos documentais em acervo. O *Arquivo em Cartaz – Festival Internacional de Cinema de Arquivo* é um desses exemplos, visando a discussão em torno da preservação de acervos cinematográficos e a (re)utilização de materiais de arquivo em novas produções. Além de representar um importante espaço de formação e de exibição cinematográfica, o evento pretende divulgar e incentivar a realização de filmes com imagens de arquivo e o debate e a reflexão sobre a preservação de acervos cinematográficos. O *Festival Global Cultural de Povos Tradicionais* é outro evento em destaque que conta com a presença de artistas, mestres da cultura popular, professores, investigadores, grupos tradicionais, autoridades religiosas de matriz africana e representantes das etnias indígenas Potiguara e Tupinambá. A programação inclui iniciativas de cariz académico, oficinas, mesas-redondas, espetáculos e performances. O evento integra o calendário das celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra.

Conforme a tabela a tabela 4 (p. 64), verifica-se que o Arquivo Nacional do Brasil mantém atividade em sete dos oito indicadores elaborados para a variável *difusão cultural*. Ao contrário dos Arquivos Nacionais de França, não contempla, porém, a *comissão de utilizadores*, espaço de comunicação privilegiado com os utilizadores que serve para discutir a dinâmica e o desenvolvimento do acervo.

	Arquivos França	Arquivo Brasil	Torre do Tombo
Exposições e Eventos	C	C	C
Visita Guiada	C	C	C
Parceria Instituições	C	C	C
Workshops e Oficinas	C	C	CP
Website Inclusivo	C	C	CP
Presença Redes Sociais	C	C	CP
Formação Utilizadores	C	C	NC
Comissão Utilizadores	C	CP	NC

Tabela 4: Análise comparativa das práticas de difusão cultural em França, Brasil e Portugal³⁸

A tabela 4 demonstra, por outro lado, que o Arquivo Nacional Torre do Tombo se mantém ativo em três dos oito indicadores inventariados (*visitas guiadas, parcerias com outras instituições e exposições e eventos culturais*), contemplando parcialmente *workshops e oficinas, website inclusivo e presença em redes sociais*. Iniciativas como *formação para utilizadores e comissão de utilizadores* não são contempladas.

Desde a sua transferência para as instalações da Alameda da Universidade, em 1990, em Lisboa, o Arquivo Nacional Torre do Tombo possui uma exposição permanente intitulada *Museu da Memória Nacional*, além de outras temporárias definidas de acordo com datas históricas, com a duração de três a quatro meses. Essas mostras são realizadas numa sala especialmente projetada para o efeito, com capacidade para exibição de vídeos e documentos que compõem o acervo do arquivo (M. Serralheiro, entrevista, novembro, 2019).

A instituição disponibiliza, por empréstimo, coleções do seu acervo e apoia a realização de exposições noutras instituições públicas. O objetivo é aproximar os fundos documentais dos cidadãos. As exposições virtuais são colocadas em linha no website do arquivo, estando, também, disponíveis documentos de coleções várias com reconhecido valor para a história do país. Na plataforma YouTube é possível encontrar vídeos que ilustram o trabalho da equipa na elaboração de uma exposição virtual. O acervo virtual

³⁸ Legenda: C - Contempla; CP - Contempla Parcialmente; NC - Não Contempla.

conta, ainda, com exposições documentais e fotográficas no âmbito da construção das atuais instalações, com especial destaque para as emblemáticas gárgulas.

Para além das exposições em ambiente offline e online, os eventos culturais englobam palestras, simpósios, lançamentos de livros e fóruns literários (M. Serralheiro, entrevista, novembro, 2019), ainda que não apresentem a mesma diversidade e relação com outros campos artísticos e culturais, como concertos musicais, concursos de filmes, mostras de cinema e peças de teatro, entre outros eventos. A menor diversidade de manifestações artísticas e culturais promovidas pelo Arquivo Torre do Tombo constitui, aliás, uma diferença entre a produção do acervo português e aquela associada aos arquivos nacionais de França e do Brasil. Em parceria com outras instituições, o Arquivo Torre do Tombo promove eventos em datas comemorativas e marcos especiais, como a mostra documental por ocasião dos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal (1867-2017), no âmbito da atribuição da Marca do Património Europeu à Carta de Lei da Abolição da Pena de Morte³⁹.

O serviço de visitas guiadas está orientado para a área pública da sede da instituição, bem como para exposições, requerendo marcação prévia, com 10 dias de antecedência, a partir do formulário disponível no website. Nesse documento, são solicitadas informações a respeito do grupo e dos seus interesses, com opções temáticas no caso de visitas escolares e de visitantes com necessidades especiais em termos de acessibilidade. As visitas guiadas destinam-se ao público em geral, privilegiando o público escolar e incluindo grupos de turistas, são gratuitas e contemplam uma breve descrição da história e missão da instituição, introdução à pesquisa online na base de dados e à navegação na página web. Tal como nos Arquivos Nacionais de França e no Arquivo Nacional do Brasil, o público escolar beneficia de uma modalidade de visita guiada que combina roteiros previamente definidos com atividades práticas, podendo o professor escolher a temática que melhor se adapte ao nível de ensino e aos conteúdos trabalhados pelos alunos (M. Serralheiro, entrevista, novembro, 2019).

As parcerias e colaborações com outras instituições ocorrem, por sua vez, no âmbito da política nacional de arquivos (M. Serralheiro, entrevista, novembro, 2019), uma vez que o Arquivo Torre do Tombo é um organismo sob tutela da DGLAB, criada em 2012, através da Presidência de Conselho de Ministros/Secretários de Estado da Cultura. A DGLAB é um serviço central da administração do Estado, possui autonomia

³⁹ Ibidem.

administrativa e tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura. Resulta da fusão entre dois organismos: a Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) e a Direção-Geral de Arquivos (DGARQ). As suas ações educativas estendem-se ao Arquivo Nacional, às universidades, escolas, arquivos regionais e ao Centro Português de Fotografia. A realização e preparação de exposições e o empréstimo de coleções processa-se, amiúde, em parceria com a Assembleia da República, a Câmara Municipal de Lisboa, juntas de freguesia e demais instituições e/ou organismos públicos⁴⁰.

No contexto da dimensão educativa realizam-se, também, workshops e oficinas, bem como formações dirigidas para professores bibliotecários com o intuito de dinamizar ações nas escolas. O pessoal docente assume, neste sentido, a função de difusores do Arquivo Nacional. Entre 2011 e 2017 mais de 500 professores de diversas disciplinas beneficiaram destas ações, estando disponível material didático para a dinamização de atividades em sala de aula. No pós-atividade, a seguir a uma visita guiada ou no próprio estabelecimento de ensino, são realizados inquéritos com os alunos sobre os temas trabalhados para perceber qual o impacto da interação com o arquivo. Os professores, por sua vez, partilham com a instituição os trabalhos resultantes das atividades pedagógicas que, depois, são divulgados pelo arquivo e servem de inspiração para outros docentes que optem pelo mesmo tema em suas visitas (M. Serralheiro, entrevista, novembro, 2019).

Através do sítio online, é possível descarregar guias de sumário de fundos e coleções, em formato PDF, não estando disponíveis formações para os utilizadores sobre a dinâmica de trabalho do arquivo. O arquivo não possui comissão de utilizadores ou eventos no domínio exclusivo das pesquisas dos utentes. Em alternativa, disponibiliza no sítio online um inquérito para avaliar o desempenho dos serviços e a satisfação dos utilizadores, instrumento útil para identificar prioridades de intervenção no sentido de melhorar os serviços prestados. Os resultados dos inquéritos são alvo de tratamento estatístico, sendo posteriormente divulgados no website.

Em termos de recursos digitais, a atividade processa-se na rede Facebook por intermédio de uma página vinculada à DGLAB, onde são divulgados notícias e eventos. Na rede Instagram possui um *hashtag* (#), mas nenhum perfil oficial. Já na plataforma YouTube, o canal próprio do arquivo disponibiliza vídeos criados para a apresentação da instituição

⁴⁰ Ibidem.

e registos visuais de congressos, palestras e simpósios. Possui 771 subscritores e 70 vídeos publicados (L. Salgado, entrevista, julho de 2019).

A acessibilidade digital é uma preocupação na Europa desde 2002, quando foram definidas metas relativas à acessibilidade na Internet e incorporadas no Plano eEurope 2002, nomeadamente para pessoas com deficiência. Apesar da publicação do Decreto-lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, o qual define os requisitos de acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos públicos, o website do Arquivo Nacional não incorpora todas as normas de acessibilidade estipuladas, ainda que a inclusão da língua gestual se verifique nos principais vídeos produzidos. A falta de ferramentas de acessibilidade encontra explicação na escassez de recursos financeiros da instituição (M. Serralheiro, entrevista, novembro, 2019).

3. O modelo francês de difusão educativa

Os Arquivos Nacionais de França dispõem de várias atividades dirigidas ao público estudantil. O evento *O dia do aluno*, com periodicidade semanal, abarca todos os níveis de ensino e pretende dar a conhecer as instalações dos arquivos públicos, os seus serviços, as áreas de atuação e os fundos documentais. O programa inclui visitas guiadas (lojas, exposição temporária, oficinas de restauração), palestras metodológicas, apresentação de documentos originais e conversas com o pessoal técnico, permitindo dar visibilidade às diferentes etapas que compõem a cadeia de arquivo, da custódia à conservação, classificação e fornecimento de acesso aos registos.

Realizam-se, ainda, oficinas com ampla variedade temática e abordagens pedagógicas de acordo com o nível escolar dos alunos e a disciplina ministrada pelo professor responsável pelo grupo. A oficina *Caso Dreyfus: um grande conflito social e político na Terceira República* é um exemplo deste tipo de iniciativas. A complexidade, o impacto e a *ressonância* mediática do *caso Dreyfus* explicam-se através de dois fenómenos em ascensão na viragem do século XIX para o século XX: o desenvolvimento de tensões nacionalistas e a ascensão da imprensa de opinião. Entre a prisão do Capitão Dreyfus em 1894 e sua reabilitação em 1906, mais de 100.000 artigos apareceram em jornais franceses, dividindo a população entre *dreyfusards* favoráveis ao capitão e *antidreyfusards*. Com base em sentenças judiciais, correspondências e artigos vários, a oficina propõe uma revisitação da anatomia do caso e do seu impacto no espaço público, introduzindo os estudantes no processo de composição da primeira página de um jornal

diário. Percorre-se, desta modo, a cronologia e as causas que deram origem ao *Caso Dreyfus*, recorre-se a documentos autênticos e familiariza-se a comunidade estudantil com as especificidades da narrativa jornalística da época.

A instituição participa na formação contínua de professores de diferentes graus académicos, com o objetivo de introduzir o património arquitetónico e arquivístico, os recursos educacionais e online de arquivos, além de exposições temporárias. São disponibilizados gratuitamente, no website, ficheiros e publicações destinadas a ajudar o pessoal docente na preparação de materiais didáticos, visando a dimensão educativa artística e cultural. Os materiais de auxílio aos professores contêm descrições sobre o conteúdo das oficinas educativas e informações acerca da implementação dos programas. No contexto de uma política institucional que procura estreitar as relações entre os Arquivos Nacionais de França e a comunidade estudantil, o Ministério da Educação Nacional criou em 1961 o *Concurso Nacional de Resistência e Deportação* (CNRD), inspirado em iniciativas de associações de ex-combatentes da resistência e deportados, em particular a Confederação Nacional de Combatentes Resistência (CNCVR). Trata-se de um concurso escolar fundado no ensino da História e na história das memórias, da resistência e deportação. Apresenta um carácter interdisciplinar, faz parte de um processo de educação de cidadania e visa perpetuar a memória da Resistência e Deportação entre as gerações mais jovens.

O CNRD rege-se por três dimensões: a científica, direcionada para a obtenção de resultados no âmbito da investigação sobre o conteúdo das temáticas ministradas; a didática, apoiada por programas de História e Geografia, com um forte componente cívica, permite relacionar várias disciplinas; e a pedagógica, que incentiva o trabalho em equipa e promove estudos de caso no âmbito das instituições participantes. O concurso é dividido em quatro categorias e os alunos só podem competir naquele que corresponde ao seu nível de escolaridade. Os trabalhos vencedores são compilados e publicados em folheto produzido pelos Arquivos Nacionais e distribuído gratuitamente nas escolas participantes. O tema da edição 2019-2020 designa-se por *1940. Entra na Resistência. Entenda, recuse, resista.*

3.1. A difusão educativa em Portugal e no Brasil: arquivos e escolas

O Arquivo Nacional brasileiro dispõe de uma equipa especializada para a difusão educacional, a *Equipe de Educação em Arquivos* (Edarq). Tem como missão familiarizar

a comunidade estudantil com os acervos documentais, divulgar as atividades da instituição numa perspetiva pedagógica, propor ações educativas que promovam a aproximação com as práticas arquivísticas em diferentes setores da sociedade e contribuir para a perceção do documento de arquivo como parte integrante do património documental do país (L. Salgado, entrevista, julho de 2019).

A Edarq trabalha com estabelecimentos de ensino nos diferentes níveis de escolaridade e oferece sessões de cinema educativo, oficinas especializadas, visitas ao arquivo e material de apoio aos professores, além de promover a participação em cursos, encontros e seminários na área. É responsável pela realização das edições do *Arquivo Faz Escola*, iniciativa que consiste em sessões mensais gratuitas de documentários, seguidas de mesas-redondas com professores especialistas na temática, numa vertente cultural, técnica e educativa que inclui incursões pelas oficinas de restauro, pela fábrica de papel e atividades de artes a partir de reproduções do acervo custodiado.

Na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, encontra-se disponível um programa de Educação em Arquivos, com atividades gratuitas, cuja finalidade consiste em desenvolver junto das crianças e jovens o interesse pelos fundos documentais em acervo. A *Contaçon de histórias e atividades lúdicas* é uma ação que se insere nesse programa, para o público infantil e pré-escolar, pois promove visitas para exploração do espaço físico da instituição por intermédio de atividades lúdicas. As histórias relatadas versam temas como a memória, cidadania e cultura brasileira (L. Salgado, entrevista, julho de 2019).

O arquivo não possui workshops direcionados exclusivamente para professores que acompanham as visitas educativas, mas disponibiliza visitas técnicas orientadas para estudantes universitários, profissionais de arquivos e instituições congêneres. Em função do interesse demonstrado, são apresentados aos visitantes as áreas de funcionamento de um arquivo, do processamento técnico à preservação, acesso e difusão.

No que respeita a concursos científicos, os estudantes com formação superior são o público privilegiado. O prémio *Arquivo Nacional de Pesquisa* é realizado bianualmente desde 1991 e consiste num concurso de dissertações com o objetivo de difundir investigações de natureza científico-cultural e divulgar os fundos documentais da instituição. Os três melhores trabalhos submetidos a concurso são selecionados por um grupo de especialistas e premiados com a publicação impressa, sob responsabilidade do arquivo.

A participação é individual ou em grupo, podendo-se submeter, por cidadãos brasileiros ou estrangeiros com formação superior, até duas dissertações. Somente são considerados

trabalhos inéditos, não publicados pela imprensa ou em livros ou por qualquer meio eletrónico. A seleção dos trabalhos é realizada por uma Comissão de Avaliação composta por professores doutores de comprovada experiência em pesquisa e reconhecimento académico na área de Ciências Humanas. A comissão avalia os trabalhos concorrentes com base em critérios fundamentados na relevância e contribuição da investigação para o desenvolvimento do pensamento crítico nas Ciências Humanas.

A partir da tabela 5, é possível verificar que o Arquivo Nacional do Brasil mantém plena atividade no indicador *eventos para público escolar*, contemplando parcialmente *workshops para professores e concursos para escolas e alunos*. O mesmo não acontece com o Arquivo Nacional Torre do Tombo, que, como se observa na tabela 5, apenas não contempla *concursos para escolas e alunos*.

	Eventos Público Escolar	Workshop Professores	Concurso Escolas/Alunos
Arquivos França	C	C	C
Arquivo Brasil	C	CP	CP
Torre do Tombo	C	C	NC

Tabela 5: Análise comparativa das práticas de difusão educativa em França, Brasil e Portugal⁴¹

A difusão educativa do arquivo português atua em duas vertentes: a) a implementação de uma estrutura organizacional com foco nas visitas escolares, de forma a atender diversas faixas etárias e de ensino, com temas variados e integrados aos planos curriculares; e b) a conceção, planeamento, organização e implementação de exposições e/ou mostras documentais permanentes, direcionadas para fins didáticos pedagógicos, em função de para diferentes públicos-alvo, dando a conhecer o património do arquivo e promovendo simultaneamente lições de cidadania (Cabral, 2012, p. 58).

O serviço educativo do Arquivo Nacional Torre do Tombo foi, aliás, um dos temas apresentados no VII Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, no Rio de Janeiro, em 2011, pela arquivista Maria de Lurdes Henriques. As suas atividades incluem visitas escolares tematicamente organizadas de acordo com a idade e o nível escolar dos alunos, realizadas num espaço próprio para atividades pedagógicas, com recursos de

⁴¹ Legenda: C - Contempla; CP - Contempla Parcialmente; NC - Não Contempla.

tecnologia, imagem e som. A opção temática, na tabela 6, cabe ao professor responsável pelo grupo, que recebe material didático extra e, se desejar, formação prévia sobre o tema escolhido. O objetivo é que os alunos recebem informações prévias em sala de aula para que, durante a atividade, seja desenvolvido o raciocínio e sentido crítico sobre a temática em trabalho (L. Salgado, entrevista, julho de 2019).

Serviço Educativo e Visitas Escolares	
Temática	Descrição
Abolição da pena de morte e cidadania europeia	Lei da abolição da pena de morte, da reforma prisional associada e o papel pioneiro de Portugal
As origens da língua portuguesa	Documentos de referência sobre as origens da língua portuguesa
Formação e evolução do Estado português	Bula <i>manifestis probatum</i> e Auto de aclamação de D. João I
Tribunal do Santo Ofício (Inquisição)	Documentação da Inquisição e projeto de disponibilização <i>online</i>
História de família	Localização de fontes para a genealogia e história de família
Expansão marítima portuguesa	Cartografia, navegação astronómica e uso de instrumentos para determinar a latitude
Suportes de escrita e validação de documentos	Suportes de escrita e formas de validação de documentos
PIDE/DGS e outras polícias políticas	Níveis de acesso à documentação e possibilidades de pesquisa
Forais	Forais à guarda da Torre do Tombo

Tabela 6: Temas sugeridos no âmbito das visitas escolares ao Arquivo Nacional Torre do Tombo

Conforme mencionado anteriormente, são disponibilizados workshops para professores bibliotecários, cuja função passa por divulgar as ações do arquivo nas escolas. No papel de difusores do arquivo, os professores partilham com a instituição os trabalhos realizados em sala de aula, após a visita escolar (L. Salgado, entrevista, julho de 2019).

O Arquivo Nacional Torre do Tombo não realiza concursos científicos na área arquivística. A sua atuação desenvolve-se no âmbito da DGALB, através da qual concede apoio na organização dos concursos promovidos nas escolas do país, como o *Concurso Nacional de Leitura*, na área da biblioteconomia.

4. O enquadramento legal do modelo francês

Os Arquivos Nacionais de França são um serviço público nacional criado em 1 de janeiro de 2007, por decreto emitido pelo Ministério da Cultura, datado de 24 de dezembro de 2006. O artigo 1º faz referência ao serviço nacional de Arquivos Nacionais, que inclui os locais de Paris, Fontainebleau e Pierrefitte-sur-Seine. A missão, no artigo 2º, consiste em coletar, classificar, inventariar, conservar, restaurar, comunicar e melhorar os arquivos públicos das administrações centrais do Estado e dos poderes estabelecidos desde o início. No âmbito da difusão e comunicação, o artigo 4º é o mais relevante, pois trata das ações para aumentar a consciencialização sobre o valor cívico e histórico do material de arquivo para todos os públicos e, em particular, para o público jovem ou público longe das ofertas culturais, da atividade dos espaços físicos do arquivo e do museu (Archives Nationales, 2020).

A France Archives é a entidade responsável pela regulamentação e padronização dos arquivos públicos franceses. Através de seminários, palestras e publicações várias são apresentadas questões profissionais, desde a gestão de arquivos dentro das organizações produtoras até à sua comunicação com o público, difusão na Internet e sua reutilização. Com o objetivo de oferecer suporte e orientação aos profissionais arquivistas, foi fundada em 1904 a Associação de Arquivistas Franceses (AAF), que conta hoje com mais de 1.800 membros ativos, atingindo mais de 2.100 profissionais em arquivos públicos e privados. A associação tem como missão o estudo de questões de interesse para arquivos e arquivistas, a promoção e defesa dos interesses da profissão e a disponibilização de formações contínuas para profissionais da área. A AAF publica um boletim informativo com uma periodicidade trimestral, além de uma revista científica, a *Archives Gazette*, para todos aqueles que estão diretas ou indiretamente interessados em arquivos e na profissão de arquivista. É, também, responsável pela organização de seminários, congressos e palestras, fundando em 1984 o Centro de Estágio da AAF, orientado para ministrar cursos em áreas como a teoria do arquivo, organização das instituições e técnicas e ações implementadas nos serviços de arquivos.

4.1. O enquadramento legal dos arquivos nacionais em Portugal e no Brasil

A promulgação da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, assegurou, no Brasil, a gestão transparente e o amplo acesso às informações em todos os órgãos e entidades do poder público. Estabelecia-se, assim, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O Arquivo Nacional possui um Serviço de Informação ao Cidadão próprio (SIC-AN), que integra a rede SIC do Ministério da Justiça. O SIC-AN destina-se a atender as solicitações de informações sobre o acervo produzido pela instituição, de 1985 até o presente, e as do CONARQ, a partir de 1994.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) está vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública e tem por finalidade, na qualidade de órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, definir a política nacional de arquivos públicos e privados e exercer orientação normativa visando a gestão documental e a proteção especial de documentos de arquivo. Desde sua criação, este órgão colegiado tem como objetivo suprir o Brasil de um importante corpus de atos normativos que regulam matérias arquivísticas sobre diversos temas relativos à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos públicos. O CONARQ é responsável pela edição de resoluções que tratam de temas diversos relativos à gestão de documentos convencionais e digitais, microfilmagem, digitalização, transferência e recolhimento de documentos de qualquer suporte, classificação, temporalidade e destinação de documentos, acesso aos documentos públicos, capacitação de recursos humanos, terceirização de serviços arquivísticos públicos, entre outros (Arquivo Nacional do Brasil, 2017).

O CONARQ promove e desenvolve seminários, oficinas, workshops, cursos, por intermédio de suas Câmaras Técnicas e Setoriais, e Comissões Especiais, constituídas por especialistas da área arquivística e outras áreas do conhecimento, tais como as Ciência da Informação, Biblioteconomia, Tecnologia da Informação, Administração e Direito. O artigo 26º da lei nº 8.159/91, não só criou o CONARQ como institui o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), cuja competência, organização e funcionamento estão regulamentados pelo decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. De acordo com este dispositivo legal, o SINAR tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando a gestão, a preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo.

Apesar de os arquivos brasileiros possuírem leis que assegurem o seu funcionamento e gestão, lei, no que diz respeito a associações profissionais, não contempla uma organização ao nível nacional. A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi

fundada em 20 de outubro de 1971 como entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de carácter técnico, científico, cultural, profissional e de pesquisa. De entre as suas finalidades, destacavam-se as de contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais de arquivo e da arquivologia, cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, em tudo o que se relacionasse com arquivos e arquivologia, e promover a difusão do trabalho e do conhecimento arquivístico (Arquivo Nacional do Brasil, 2017).

Com sede no Rio de Janeiro, na fase de implantação, a AAB organizou-se em núcleos regionais um pouco por todo o país. Em finais da década de 1990, no contexto de mudanças da conjuntura política e económica nacional, essa configuração desfez-se. A sede manteve-se como Associação dos Arquivistas Brasileiros e os núcleos regionais autonomizaram-se a partir de 1998, surgindo, então, associações de arquivistas no âmbito dos respetivos Estados. Extinta a 4 de fevereiro de 2015, a AAB decidiu doar o seu acervo documental ao Arquivo Nacional, cumprindo o previsto no artigo 32º do estatuto da Associação, segundo o qual “a documentação de carácter arquivístico e bibliográfico da AAB deverá ser recolhida ao Arquivo Nacional” (Arquivo Nacional do Brasil, 2017).

Atualmente, as associações de arquivistas desenvolvem-se no âmbito estadual, sendo que dos 26 Estados brasileiros apenas 12 apresentam associações de profissionais de arquivo. Por este motivo, como se observa na tabela 7, o Arquivo Nacional do Brasil contempla parcialmente o indicador *associação e profissionais*, mantendo-se ativo quanto aos indicadores *normas legislativas e conselho/sistema de práticas de arquivo*.

	Normas Legislativas dos Arquivos	Conselho/Sistemas de práticas de arquivo	Associação de Profissionais
Arquivos França	C	C	C
Arquivo Brasil	C	C	CP
Torre do Tombo	C	C	C

Tabela 7: Análise comparativa do enquadramento legal em França, Brasil e Portugal⁴²

Em Portugal, os arquivistas portugueses contam com a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD), conforme se constata a partir da tabela 7, que também mantém ativo o Arquivo Nacional Torre do Tombo nos indicadores

⁴² Legenda: C - Contempla; CP - Contempla Parcialmente; NC - Não Contempla.

normas legislativas e conselho/sistema de práticas de arquivo. A BAD foi fundada em 1973, em resultado dos esforços dos profissionais de documentação e informação que, na busca de uma plataforma de representatividade, estabeleceram os seguintes objetivos para a associação: a) defender os interesses dos seus associados em todos os aspetos relativos às suas atividades e carreiras, bem como reforçar os laços de solidariedade; b) fomentar a investigação nas áreas relativas aos setores profissionais; c) promover o aperfeiçoamento científico, técnico e cultural dos seus associados tendo em vista a plena consciência da sua identidade e ética profissional; d) intervir nas áreas de decisão relativas ao planeamento, implementação e reorganização de Sistemas de Informação Documental; e) defender o direito à Informação na perspetiva de um desenvolvimento integral; e f) avaliar a qualidade dos conteúdos e estruturas curriculares dos diversos níveis de formação profissional (BAD, 2004).

Em Portugal a lei n.º 26/2016, de 22 de agosto aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro (Diário da República Eletrónico, 2020). A Assembleia da República decretou, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte: a presente lei regula o acesso aos documentos administrativos e à informação administrativa, incluindo em matéria ambiental, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente e que revoga a Diretiva 90/313/CEE do Conselho⁴³.

Quanto ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional, a documentação já tratada encontra-se comunicável, com exceção da referente a dados pessoais à qual se aplica o estipulado no n.º 2 do art.º 17º da Lei Geral de Arquivos, decreto lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro de 1993, salvo se houver autorização do próprio titular do processo ou desde que decorridos 50 anos sobre a data da morte da pessoa a que respeitam os documentos ou, não sendo esta data conhecida, decorridos 75 anos sobre a data dos documentos (Diário da República Eletrónico, 2020).

O Arquivo Nacional Torre do Tombo não possui um conselho formal que desenvolva normas e projetos arquivísticos. A sua ação, integrada numa rede com outras instituições, desenvolve-se através de um sistema de conexão de arquivos de todo o país, como forma

⁴³ Ibidem.

de troca de conhecimento, informações e trabalho conjunto (M. Serralheiro, entrevista, novembro, 2019). A Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) teve início em 2007 através da DGLAB (então Direção-Geral de Arquivos), que partiu de uma abordagem integrada dos arquivos, segundo a qual um documento produzido por uma entidade – pessoa coletiva ou singular – mantém as suas características, independentemente da fase do ciclo de vida em que se encontre, variando apenas as solicitações, funcionalidades e requisitos sobre ele exercidos (DGLAB, 2020).

A abordagem da RPA, assumida pela DGLAB, engloba todas as instituições produtoras de documentos de arquivo, independentemente da sua idade ou suporte. Qualquer entidade, pública ou privada, poderá fazer parte dessa rede, num processo comum de gestão e acessibilidade dos seus documentos. A formalização da RPA passou pela constituição de um grupo de trabalho encarregado de identificar e analisar os diferentes aspetos e questões nela envolvidos e de propor soluções integradas para o seu desenvolvimento. Foram por ele produzidos dois documentos técnicos (Modelo Conceptual e Modelo Lógico) que explicitam os fundamentos teóricos e os pressupostos de ação da RPA.

Em 2009 procedeu-se à implementação e apresentação pública da RPA, que compreendia o conjunto dos arquivos dependentes da então DGARQ, mas que pretendia abrir-se, igualmente, a qualquer organização produtora de documentação que a ela desejasse aderir e que cumprisse um conjunto de requisitos previamente identificados. Em 2020, estes pressupostos mantêm-se da seguinte forma: o cliente fundamental é o cidadão; a rede baseia-se na partilha de serviços e disponibilização de conteúdos de arquivo; a rede pretende articular-se com outras redes de serviços materializadas em diversos portais, como em Portugal ou o Cultura Portugal, de forma a proporcionar serviços integrados ao cidadão; a rede pretende articular-se com outras estruturas internacionais afins, como a EUROPEANA ou APEX (DGLAB, 2017).

CONCLUSÃO

A presente investigação pretendeu contribuir para o conhecimento de duas realidades empíricas, concretas, que poderá contribuir para o conhecimento interno e externos dessas três organizações. A análise incidiu sobre os arquivos nacionais do Brasil e de Portugal (Torre do Tombo), tendo como referência os Arquivos Nacionais de França. O estudo está dividido em quatro partes: as primeiras três tratam da análise dos tipos de difusão nos arquivos em consideração; a última aborda a questão legislativa dos arquivos públicos, tema fundamental para a garantia de acesso à informação.

Quanto à difusão editorial, constata-se que o Arquivo Nacional do Brasil se aproxima muito do modelo francês, pois apresenta um vasto número de publicações, tanto referentes a exposições realizadas como respeitantes a publicações técnicas de apoio a profissionais da área. Todas as publicações em questão são disponibilizadas de forma gratuita no website da instituição. O arquivo brasileiro apresenta, também, uma revista própria, contendo artigos científicos ligados às áreas das Ciência da Informação, Ciências da Comunicação e Arquivística.

O Arquivo Nacional Torre do Tombo demonstra um número limitado de publicações, não apresentando a totalidade dos catálogos de exposições já realizadas, nem produzindo manuais ou livros técnicos direcionados para os profissionais da área. Apenas reproduz em vídeo os seminários e simpósios que ocorreram, relacionados com a área arquivística. Ainda relativamente à difusão editorial, nenhuma das instituições estudadas possui boletim informativo regular, como é prática seguida pelos Arquivos Nacionais de França. Seria uma mais valia para a difusão em arquivo a publicação do boletim informativo, permitindo manter os utentes atualizados sobre os eventos em agenda, além de outras questões que despertariam a curiosidade e o interesse dos cidadãos.

No que respeita à difusão cultural, os arquivos nacionais do Brasil e de Portugal não denotam o mesmo nível de atividade que o modelo francês. A explicação poderá residir, por um lado, na falta de recursos financeiros e, por outro, no facto de que os Arquivos Nacionais de França contam com um vasto histórico de políticas públicas neste campo, trabalhando em parceria com museus e demais instituições culturais, de uma forma mais intensa e generalizada.

Nota-se, no entanto, um esforço exaustivo por parte dos profissionais que trabalham nos arquivos nacionais do Brasil e de Portugal. No caso brasileiro, verifica-se um relevante número de ações culturais orientadas para a comunidade em geral e a garantia de acesso

online para utilizadores com necessidades especiais. Exposições, mostras de cinema, ciclos de palestras e eventos que retratam a cultura e história do povo brasileiro refletem a preocupação da instituição em preservar e difundir a memória social do país.

No caso português, observa-se uma assinalável qualidade e variedade de exposições, inclusive apoiando outras instituições públicas na sua realização. O Arquivo Torre do Tombo não possui, porém, uma grande diversidade de eventos culturais, limitando a sua oferta cultural à realização de mostras, visitas guiadas e lançamentos de livros. Não obstante este fator, dispõe de um espaço com sistema de som e imagem, utilizado em ações de difusão educacional, que poderia servir, também, eventos cinematográficos e musicais.

A difusão educacional é, de facto, a categoria de análise que apresenta resultados mais positivos e próximos do caso francês. O Arquivo Nacional do Brasil conta com uma equipa especializada e dedicada a esta valência, o que lhe garante um leque de atividades diversificado e consistente em termos de periodicidade. Existem, por sua vez, ações já consolidadas que atraem a atenção dos estudantes e, ao mesmo tempo, complementam os conteúdos abordados em sala de aula. A realização de formações específicas para professores e um concurso educacional que contemple todos os níveis de ensino, e não somente universitários, representaria um salto qualitativo no sentido de satisfazer as necessidades de outro tipo de públicos.

Neste capítulo, o Arquivo Nacional Torre do Tombo não possui uma equipa em dedicação exclusiva para a dimensão educacional. Todavia, foi possível perceber que os dois profissionais responsáveis pela comunicação e difusão da instituição desempenhavam, anteriormente, funções de docência em estabelecimentos de ensino, possuindo vasta experiência na área educativa (M. Serralheiro, entrevista, novembro, 2019). O arquivo realiza atividades que contemplam visitas guiadas, palestras e debates no final da sessão, de forma a estimular o pensamento crítico dos estudantes. À semelhança do caso brasileiro, a realização de formações autónomas para professores poderia aumentar o interesse desta categoria profissional pelo património em acervo. Utiliza-se a expressão *autónomas* porque a instituição faculta formação específica para os professores, mas apenas no âmbito das ações realizadas com os alunos. Os concursos entre escolas é outra prática que poderia suscitar o interesse pelos fundos documentais no contexto da comunidade estudantil – a instituição oferece suporte a concursos direcionados para a área da literatura, realizados pela DGLAB.

Na componente do enquadramento legal, os arquivos estudados (Brasil e Portugal) possuem leis que asseguram o acesso à informação e regulamentam as suas atividades, destacando a sua missão enquanto elementos estruturais para a preservação da memória coletiva.

O Arquivo Nacional de Brasil possui um conselho nacional arquivístico. Este organismo oferece suporte técnico completo e padroniza normas, técnicas e boas práticas ao nível nacional, em conformidade com as mais atualizadas técnicas arquivísticas internacionais. Uma debilidade na questão legal arquivística do Brasil refere-se à ausência de uma associação profissional, pelo que se torna difícil manter um grau de uniformidade nos direitos e deveres dos profissionais. Muitos Estados ficam desprovidos de suporte técnico e profissional que uma instituição desta natureza poderia facultar, quer do ponto de vista da atualização de conhecimentos, quer na perspetiva de garantia dos seus direitos.

O Arquivo Nacional Torre do Tombo mantém-se, por seu lado, ativo no âmbito do enquadramento legal, garantindo uma rede arquivística atuante no país.

De um modo geral, as entrevistas realizadas permitiram perceber que ambas as instituições possuem profissionais dedicados e conscientes da importância das ações de difusão para a preservação da memória coletiva e do património cultural. O Arquivo Nacional do Brasil dispõe de um recurso financeiro anual fixo, o que facilita o planeamento das suas ações de difusão e recursos digitais (L. Salgado, entrevista, julho de 2019), mantendo o seu website sempre atualizado, completo e acessível a todos os utilizadores. A ação do atual governo tem suscitado, porém, preocupações, registando-se cortes no investimento realizado na área da educação e consequente diminuição das transferências financeiras para instituições culturais, atingindo órgãos públicos como o Arquivo Nacional.

O atual impasse nas ações de difusão do Arquivo Nacional Torre do Tombo relaciona-se quer com os poucos recursos humanos e financeiros, quer com a estrutura física custodial dos arquivos. A instituição dispõe de materiais e recursos de qualidade para a preservação e conservação de seu acervo, mas segundo foi possível apurar os investimentos na área da comunicação são extremamente limitados. A própria arquitetura, moderna, das instalações remetem-na para uma instituição com características de guarda documental, porventura pouco convidativa para o público em geral quando se procura diversificar as atividades e serviços do arquivo, sobretudo no campo cultural.

Deseja-se que os esforços dos profissionais arquivísticos em favor da democratização da difusão sejam reconhecidos e que, no futuro, a cultura custodial e de acesso aos acervos

arquivísticos deixe de ser privilegiada em detrimento das políticas públicas de difusão. Os arquivos públicos devem contribuir para que todos os cidadãos adquiram consciência da importância da preservação de memória coletiva e da necessidade de contacto e de fruição dos bens culturais, também depositados em acervos documentais.

BIBLIOGRAFIA

ALBERCH I FUGUERAS, R. (2011). Difusión y acción cultural. In: *Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. Coordinadora de Associações de Arquivistas: Madrid.

ALVES, K.; GUERRA G.; ALVES S. (2005) Biblioteca pública: sua missão na sociedade informática. In: *Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*. FEBAB. Curitiba.

ALVIM, M. L. (2010). Impossível não estar no Facebook! O nascimento das bibliotecas portuguesas na rede social. *Cadernos BAD*. Lisboa. N.ºs 1-2. pp. 1426.

ARAÚJO, C. A. A. (2013). Correntes teóricas da Arquivologia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 18, n. 37, pp. 61-82.

BARBOSA, A. C. O.; Silva, H. R. K. (2012). Difusão em Arquivos: Definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. n. 1, v. 25, pp. 45-66.

BELLOTTO, H. L. (2002). *Arquivística, Objectos, princípios e rumos, Associação de Arquivistas*, São Paulo.

BELLOTTO, H. (2004). *Arquivos permanentes –tratamento documental*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV.

CABRAL, R. M. (2012). Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 25, n. 1, pp. 35-44. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43954>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CARVALHO, M. C. L. (2014). *Estudo da Mediação e do uso da Informação nos Arquivos Distritais*. Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25994/1/Informa%C3%A7%C3%A3o%20nos%20Arquivos%20Distritais.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

CARVALHO, E. L. de; LONGO, R. M. J. (2002). Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. *Revista Informação & Informação*. Londrina, v. 7, n. 2, pp. 113-33.

COITINHO, A. C. (2018). *Ações de Difusão do Acervo Arquivístico do Arquivo Nacional do Brasil*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.unirio.br/arquivologia/arquivos/monografias/COITINHO-%20Angelica.%20Acoes%20de%20difusao%20do%20acervo%20arquivistico%20do%20AN_TCC.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

COLLIER, D. (1991). El método comparativo: Dos décadas de cambio. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, pp. 51-80.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. (1982). *La diffusion. Les archives au e siècle: une reponse aux besoins de l'administration et de la recherche*. Montreal: Université de Montreal. Service des Archives. pp. 257-265.

CUNHA, V. A. (2002) *Profissional da informação na biblioteca pública contemporânea: o bibliotecário e a demanda por educação continuada*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia – Instituto de Ciência da Informação. Salvador.

CUSTÓDIO, J. (2000). Educação patrimonial. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, vol. 1 (4), pp. 10-11.

CRUZ M. (1994). *Manual de La Archivística*. Fundación Geriái Sánchez Ruipérez. Madrid.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil. Disponível em:
http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 12 novembro 2019.

Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (2007). Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/index.htm>> Acesso em: 01 de novembro de 2019.

ECO, U. (2002), *A Biblioteca*. Lisboa: Difel.

ESTEVÃO, S. N. M.; FONSECA, V. M. M. (2010). A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Revista Acervo*. Arquivo Nacional do Brasil. Volume 23, n 1, pp. 81-108.

FONSECA, M. O. (2005). *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV.

FREITAS, M. C. V. de; SILVA, C. G. (2016). *O novo e o atual na Arquivística internacional: a desmaterialização, a interoperabilidade, a organização e o uso da informação em evidência*. Atas do 12.º Encontro de Arquivos Municipais. Arquivos Municipais: Disponível:
URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1560/1470>>. Acesso em 02 janeiro 2020.

FLORÊNCIO, S. (2015). Educação Patrimonial: Algumas diretrizes Sociais. *Cadernos do Património Cultural*. vol. 3, pp. 21-30.

GIL, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

GOLDENBERG, M. (1997). *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record.

HENRIQUES, M. L. (2012/13). A emergência de um novo desafio profissional: os arquivos na formação da entidade cultural e da consciência histórica do cidadão. *Cadernos BAD*. Lisboa. N.ºs 1-2, pp. 61-71.

- HENRIQUES, M. C. N. (2017). *Patrimônio Cultural: memória e ensino O Serviço Educativo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/30187>. Acesso em 20 janeiro 2020.
- HERREDIA, H. A. (1987). *Archivística general: teoria y practica*. Sevilla: Diputacion Provincial de Sevilla.
- HORTA, M. (1999). Guia da Educação Patrimonial. Museu Imperial / DEPROM – IPHAN- MINC. Brasília/DF.
- HOUAISS, A. (2009). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva.
- JARDIM, J. M. 1995. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUff.
- JUDT, T. (2005). *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- LE GOFF, J. (1984). Memória. In: GIL, F. *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. Enciclopédia Einaudi, v.1. pp.12-50
- LEMOINE, H. (2012). *Une nouvelle organisation pour les services publics d'archives en France*. XVII Congresso Internacional de arquivos. Austrália, Brisbane. Disponível em <https://francearchives.fr/file/4cb62d8a59988fd00c971842e5ab78d41478a1b0/static.6180.pdf> Acesso em 06 de outubro 2019.
- LIJPHART, A. (1971). *The American Political Science Review*. Vol. 65, No. 3, pp. 682- 693. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1955513?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em 16 dezembro 2019.
- LUCHMANN, L. H. H. (2014). Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*. v. 29, n. 85.
- MANZINI, E. J. (1990/1991). *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, pp. 149-158.
- MANZINI, E. J. (2003). *Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada*. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.;
- OMOTE; S. (Orgs.). *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina. Eduel, pp.11-25.
- MARTINS, W. (1996). *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo. Ática.
- MARIZ, A. C. A. (2012). *A informação na internet: arquivos públicos brasileiros*. Rio de Janeiro. FGV.

MENEZES, P. L. (2012). *O processo de difusão desenvolvido pelos Arquivos Públicos Estaduais da Região Sul do Brasil*. Ponto de Acesso, Salvador, v. 6, pp. 47-71.

MINUZZO, L. U. (2010). *Atividades culturais e educativas em arquivos: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho*. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre.

NAVARRO, N. (2001). Casa de la memoria y centro de información. In ALBERCH I FUGUERAS, R. *et al.* – *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijon: Trea, 2001. pp. 45-56.

NOGUEIRA, M. (2006). *A utilização das tecnologias da informação e comunicação TIC na concretização e desenvolvimento de projetos de difusão do património documental: as exposições*. 2.º Foro Social de Información, Documentación y Bibliotecas, pp. 1-12. Disponível:
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3190/1/foro_mexico_mnogueira2006.pdf
Acesso em 15 janeiro 2020.

NOGUEIRA, M. (2012). *A difusão cultural no Arquivo Nacional e Arquivos distritais portugueses: exposições documentais (1990-2009)*. Disponível em:<
<http://hdl.handle.net/10400.26/4140>> Acesso em: 10 novembro 2020.

NORA, P. (1993). *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28.

NOUGARET, C. (2001). “*De la Nécessité D'une Cité Pour les Archives Nationales*”. In *Revue d'histoire moderne & contemporaine*. nº 48-4 bis, pp. 12-15. Disponível em:
<https://www.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-etcontemporaine-2001-5-page-12.htm>
Acesso em: 25 abril 2020

ORTEGA, C. D. (2014). Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *Revista de Ciência da Informação*. vol.5 n.5. Belo Horizonte.

PEREZ, C. B. (2007). *Marketing aplicado aos arquivos*. 1 ed. Santa Maria.

PINHEIRO, L. V. R. (1999). *Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro.

PEREZ, C. B.; PORTELA, V. P. (2012). Práticas comunicacionais: difusão no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nos diferentes meios de comunicação online. *Revista Em Questão*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, pp. 197- 212.

RAMOS, L. B. (2007). *O centro cultural como equipamento disseminador de informação. Um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto*. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte.

- REIS, L. (2006). O arquivo e arquivística; Evolução histórica. *Revista Biblios*, vol. 7, n. 24. pp. 39-72.
- RIBEIRO, F. (2012). *Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades*. In: Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro. Lisboa. IEM- Instituto de Estudos Medievais. pp. 46-58.
- RODRIGUES, M. C. (2016). Patrimônio Nacional Documental: conceitos e definições. *RDBCI: Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. v 14, n 1, pp. 110-125.
- ROCKEMBACH, M. (2015). Difusão em Arquivos: Uma função arquivística informacional e comunicacional. *Revista Informação Arquivística*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, pp. 98-118.
- ROSA, A. J. S. (2009). *Revista ABC*, volume 14, n. 2, pp. 372-381. Florianópolis.
- ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SALOMON, D. (1991). *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes.
- SANTOS, K; BORGES J. (2014). Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiro. *Revista Ágora*. Florianópolis, v. 24, n. 49, pp. 311-342.
- SARAIVA, N. L.; PEREIRA, T. M. (2018). Patrimônio documental e difusão da informação em arquivos nacionais. *Revista Analisando em Ciência da Informação*. João Pessoa, vol. 6, n. especial, pp. 646-660.
- SCHELLENBERG, T. R. (2006). *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SOUSA, R. T. B. (2006). *O arquivista e as políticas públicas de arquivo*. Congresso Nacional de Arquivologia. Porto Alegre.
- SILVA, E. M. (1984). Conservação e Restauração de livros e documentos. *Cadernos FUNDAP*. São Paulo, ano 4, no8, pp. 49- 55.
- SILVA, H. ; BARBOSA, A. (2018). Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no arquivo público do estado de são paulo. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 25, n. 1, pp. 45-66.
- SIQUEIRA, J. C. (2010). Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: História, Sociedade, Tecnologia e Pós-Modernidade. *Revista Perspectivas em Ciência da Informação*. V. 15 n. 03.
- TANUS, G. (2014). Arquivos, Bibliotecas e Museus: Várias histórias. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*. v. 28, n. 1, pp. 85-100.

TORRADO, A. (1998). *Da escola sem sentido à escola dos sentidos*. Porto. Afrontamento.

TRIVIÑOS, A. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo. Atlas.

TURRIÓN, G. (2010). *Gestión y producción de exposiciones. Documentos de archivo*. 3 Jornadas Archivando: la difusión en los Archivos. Actas de las Jornadas. 11 e 12 de noviembre. Fundación Sierra-Pambley. pp. 61-78.

VELA, S. (2001). El servicio educativo. In ALBERCH I FUGUERAS, Ramón, et al. – Archivos y cultura: manual de dinamización. Gijón: Trea, 2001. pp. 57-84.

Legislação

Decreto-lei n.º 303/2006 de 31 dezembro. Diário Oficial da República Francesa n.º 12. Paris: Ministério da Cultura e da Comunicação.

Decreto-lei n.º 8.159/1991 de 8 de janeiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Ministério Público.

Decreto-lei n.º 12.527/2011 de 11 de novembro. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Ministério Público.

Decreto-lei n.º 19/1993 de 23 de janeiro. Diário da República n.º 19/1993, Série I-A. Lisboa: Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico.

Decreto-lei n.º 93/2007 de 29 de março. Diário da República n.º 63- I Série. Lisboa:

Direcção-Geral de Arquivos.

Decreto-lei n.º 26/2016, de 22 de agosto. Diário da República n.º 160/2016, Série I. Lisboa: Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Websites consultados

Academia das Ciências de Lisboa. Consultado em mai. 2019.
Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/>

Ano Europeu do Património Cultural. (2018). Consultado em jul. 2019.
Disponível em: <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/>

Arquivo Nacional Brasileiro. Consultado em fev. 2019.
Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/>

Arquivos Nacionais de França. Consultado em fev. 2019.
Disponível em: <http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/en/web/guest/site-de-pierrefitte-sur-seine>

Arquivo Nacional Torre do Tombo. Consultado em fev. 2019. Disponível em:
<http://antt.dglab.gov.pt/>

Associação dos Arquivistas de França. Consultado em abr. 2019. Disponível em:
<https://www.archivistes.org/>

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Consultado em abr. 2019. Disponível em: <http://www.apbad.pt/>

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). Consultado em out. 2019. Disponível em: <http://dglab.gov.pt/>

Instituto Português da Qualidade Consultado em dez. 2019. Disponível em:
<http://www1.ipq.pt/PT/IPQ/Pages/IPQ.aspx>

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)
Declaração Universal sobre os Arquivos. (2010). Consultado em fev. 2020.
Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000213423_eng

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)
Recomendação de Paris. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
(2013). Consultado em fev. 2020. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133171>

Rede Portuguesa de Arquivos (RPA). Consultado em jan. 2020. Disponível em:
<http://arquivos.pt/>

APÊNDICES

I. Entrevista a Luiz Salgado, técnico superior do Arquivo Nacional do Brasil, realizada a 13 de junho de 2019, via email.

1. A instituição utiliza um sistema de cadastro de usuários para mantê-los atualizados sobre serviços e ações de divulgação das suas atividades? Como é feito esse cadastro?

O Arquivo Nacional utiliza o cadastro para propiciar acesso aos acervos. Esse cadastro pode ser realizado no próprio Arquivo Nacional (presencialmente) ou a Distancia, através do site institucional como requisito para acesso a base de dados SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional (<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>).

O objetivo de sua utilização é somente como veículo de difusão dos acervos custodiados. Para a divulgação institucional utilizamos as medias sociais – Facebook, Instagram, Twitter, Flirck, Pinterest, YouTube, Mix Cloud, Zappiens – com informações que despertem interesse do publico e que vinculem e reflitam à sociedade a relevância e importância do Arquivo Nacional.

2. Quais as ações de divulgação mais utilizadas?

Divulgação editorial: publicações, catálogos, periódicos...

Resposta: (<http://arquivonacional.gov.br/br/publicacoes.html>)

Divulgação cultural: exposições, oficinas, projeção de filmes...

Resposta:(<http://arquivonacional.gov.br/br/difusao.html>)

Divulgação educativa: visitas guiadas, atividades direcionadas a escolas...

Resposta: (<http://arquivonacional.gov.br/br/educacao.html>)

3. Qual a periodicidade de cada uma dessas ações de divulgação?

Publicações: Depende da série editorial, variando entre semestral, como a “Revista Acervo” e bianual, no caso do “Premio Arquivo Nacional de Pesquisas”.

Exposições: O Arquivo Nacional tem em seu planejamento a criação de duas exposições presenciais anuais, com duração de cerca de seis (6) meses cada uma. Após o encerramento essas exposições são disponibilizadas no site (<http://arquivonacional.gov.br/br/difusao/exposicoes>).

Educação: Duas visitas duas por semana.

4. Há programas de divulgação das atividades específicos para cada público? (escolar, professores, comunidade em geral)

Sim. Quando se trata de visitas guiadas, os alunos de primeiro e segundo grau tem projeção de filmes sobre o acervo e a instituição, debates e palestras sobre temas de interesse como o do mais recente: “Intolerância Religiosa” com a participação de religiosos de várias denominações. Ainda são permitidas visitas as oficinas de restauro e fabrica de papel, além de atividades de artes com reproduções do acervo custodiado.

(<http://arquivonacional.gov.br/educacao.html>)

Quando se tratam de visitas de alunos de graduação, mestrado e doutorado, a abordagem foca na utilização das fontes documentais existentes, nos recursos do site e em como pesquisar (<http://arquivonacional.gov.br/consulta-ao-acervo.html>)

5. Quais os fatores mais considerados no momento de planejar uma ação de divulgação? (público alvo, equipa envolvida, recurso financeiro...)

De um modo geral, o fator preponderante é o público a que se destina. Se público geral. Se alunos de primeiro e segundo graus. Se alunos de graduação e mestrado e doutorado.

6. Há um período de teste para cada nova ação de divulgação?

A cada ação implementada é feita uma avaliação continuada de seu alcance, seus êxitos e erros. Desse modo podemos mesmo no decorrer da ação, adaptá-la, aprimorá-la ou corrigi-la a tempo.

7. Quais os principais motivos que levam ao encerramento de um programa ou ação de divulgação? (Falta de recursos financeiros, retorno do público...)

O Arquivo Nacional tem, além de planejamento anual, dotação orçamentária federal. Desse modo as ações, caso sejam implementadas, tem sempre a duração prevista cumprida.

8. A instituição trabalha em rede com outras organizações, museus, associações ou empresas, no âmbito cultural ou demais setores, para melhor divulgar as suas atividades e ter acesso a outros programas/informações?

O Arquivo Nacional é o cabeça do Conselho Nacional de Arquivos e do SIGA / Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo do Poder Executivo Federal e as ações atinentes a esse segmento são sempre objeto de discussão e implementação em conjunto. O caso mais recente foi a 3ª Semana Nacional de Arquivos que mobilizou 214 instituições pelo país cujos resultados estão apresentados abaixo.

	Ano	Tema	Nº Instituições	Nº Eventos
Semana Nacional de Arquivos	2017 - 1ª SNA	Arquivos abertos, cultura e patrimônio	146	não computados
	2018 - 2ª SNA	Governança, memória e herança	180	436
	2019 - 3ª SNA	Desenhando arquivos	214	514

9. A instituição costuma promover ações de divulgação entre arquivos, bibliotecas e museus?

Respondido na questão número 8

10. Existe algum trabalho preparatório, anterior, ao momento de implementação de uma ação de divulgação?

Sim. Toda ação de divulgação segue uma metodologia. As mídias sociais têm a função de desempenhar um trabalho de aproximação direta do público com a instituição. No site se desenvolve e aplica-se uma visão institucional, e de seu papel constitucional.

11. Quanto ao website da instituição, considera a página convidativa e adequada para promover os serviços oferecidos? Acredita que seja necessária alguma alteração ou melhoria? Quais?

No Brasil todos os sites institucionais oficiais, seguem um modelo determinado pelo Governo Federal que estabelece desde a cor, o tipo e o tamanho dos caracteres, até a forma de abordagem. Assim temos poucas possibilidades de ingerência nesse assunto. Seria muito bom que fosse mais ágil.

12. A partir do desenvolvimento e da implementação das ações de difusão é perceptível alguma mudança no número de visitantes, pedidos de investigação ou alteração de comportamento dos usuários? Quais?

Sim. A partir do lançamento das informações nas mídias sociais tivemos um incremento expressivo dos acessos ao site, as bases de dados, além de pedidos de pesquisa.

13. Que tipo de ações de divulgação que apresentam melhores resultados ou se adaptam melhor à instituição?

Todas tem seu público cativo e respondem bem a demandas que lhes são impostas. No entanto, por ser uma instituição pública, todas as estratégias de difusão sempre têm como endereço preferencial o site institucional. Assim uma vez informados pelas mídias sociais os diversos públicos sempre vão ao site para navegar e efetuar descobertas.

14. Considera que os programas/ações de divulgação elaborados apresentam uma dimensão razoável quanto à utilização de novas tecnologias, nomeadamente imagens e vídeo?

Sim. Acredito que estamos nos adaptando muito bem as novas tecnologias e com isso possibilitando aos utilizadores a descoberta de uma instituição que poucos achavam que teriam alguma coisa a lhes interessar.

15. Considera que recursos humanos empenhados na elaboração de ações de divulgação são os mais adequados, do ponto de vista da formação?

Instituições como o Arquivo Nacional incorporam seus profissionais através de concursos públicos para provimento de cargos que, de maneira geral, priorizam algumas profissões em detrimento de outras. Assim em decorrência da expansão do público e de suas demandas criam-se ações que precisam ser tratadas pelos profissionais disponíveis na instituição, nem sempre os mais capacitados academicamente, mas sempre profissionais dedicados que fazem o seu melhor, muitas vezes procurando se especializar com o tempo.

II. Declaração de consentimento do Arquivo Nacional do Brasil

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Tema do Estudo: “Informação, difusão e educação patrimonial: análise comparativa das bibliotecas e arquivos nacionais de Portugal e Brasil”

Para os devidos efeitos declaramos que, no âmbito da Unidade Curricular de Dissertação, do 2º ano do Mestrado de Comunicação e Mídia, realizado pela aluna Priscilla Marchiori dos Santos Wellausen, nº 1171094, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, autorizamos a utilização dos dados facultados pela nossa instituição, Arquivo Nacional do Brasil e daqueles que foram recolhidos nesta através de inquéritos ou entrevistas, para fins académicos e disponibilização em respetivos repositórios científicos, não devendo ser distribuídos ou divulgados para outras finalidades. No âmbito do estudo sobre “Informação, difusão e educação patrimonial: análise comparativa das bibliotecas e arquivos nacionais de Portugal e Brasil”, sob a orientação do Professor Marco Gomes e do Professor Fernando Magalhães, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, compreendemos a explicação que nos foi fornecida acerca da pesquisa em que participamos, tendo-nos sido dada a oportunidade de fazer as perguntas que julgámos necessárias.

Tomámos, também, conhecimento que, de acordo com as recomendações da declaração de Helsínquia, a informação ou explicação que nos foi prestada versou os objetivos, os métodos, os benefícios previstos e o eventual desconforto. Por isso, consentimos a participação no estudo, respondendo a todas as questões propostas e permitindo que estas informações sejam utilizadas em futuros estudos.

Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2019



(Assinatura)

Sotiro Nunes
Assessoria do Gabinete da
Coordenação Geral de Acesso
e Difusão Documental
Matricula SIAPE 8161840

III. Entrevista a Maria Trindade Marques Serralheiro, técnica superior do Arquivo Nacional Torre do Tombo, realizada a 29 de novembro de 2019, em modalidade presencial.

A entrevista não possui documento de autorização, pois segundo a profissional entrevistada não faz parte das políticas da instituição assinar autorização uma vez que toda a informação fornecida é pública e pode ser utilizada e divulgada para fins sociais e académicos.

1. A instituição utiliza um sistema de cadastro de usuários para mantê-los atualizados sobre serviços e ações de divulgação das suas atividades? Como é feito esse cadastro?

Sim. Por solicitação dos próprios e maioritariamente colhendo a informação de visitantes individuais ou em grupo, de escolas, de instituições, etc.

2. Quais as ações de divulgação mais utilizadas?

Divulgação editorial: publicações, catálogos, periódicos...

Publicações sobre arquivologia, o Arquivo Nacional Torre do Tombo e história, publicações especiais direcionadas a jovens estudantes, catálogos, folhetos relativos a exposições.

Divulgação cultural: exposições e oficinas.

Exposições físicas e virtuais e visitas guiadas, inclusive para turistas, sendo necessário apenas de agendamento prévio.

Divulgação educativa: visitas guiadas, atividades direcionadas a escolas...

Visitas guiadas, atividades direcionadas a professores e bibliotecários como treinamentos e workshops e atividades escolares com ampla escolha de temas para que os professores possam complementar com os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Formações para professores bibliotecários para que sejam divulgadas as ações da instituição nas escolas tendo os professores com papel de difusores. Entre 2011 e 2017 mais de 500 professores participaram desta ação.

É realizado também um trabalho pós atividade, onde se envia um inquérito para os alunos sobre o tema para gerar debate e saber se a visita os tocou e de que maneira. Os professores também compartilham com a instituição os trabalhos que realizam em sala de aula após essa visita. Esses trabalhos são divulgados pelo Arquivo e servem de inspiração para outros professores que optem pelo mesmo tema em suas visitas.

3. Qual a periodicidade de cada uma dessas ações de divulgação?

Não há periodicidade regular. Depende diretamente do calendário dos eventos

4. Há programas de divulgação das atividades específicos para cada público? (escolar, professores, comunidade em geral)

Não. Mas há atividades específicas para público escolar e cidadãos em geral.

Para as visitas escolares está disponível no website da instituição um formulário com mostras documentais para dar opções de temas aos professores.

5. Quais os fatores mais considerados no momento de planear uma ação de divulgação? (público alvo, equipa envolvida, recurso financeiro...)

Recursos financeiros e público alvo.

6. Há um período de teste para cada nova ação de divulgação?

Não. A equipa é reduzida e dispõe de poucos recursos.

7. Quais os principais motivos que levam ao encerramento de um programa ou ação de divulgação? (Falta de recursos financeiros, retorno do público...)

Falta de recursos financeiros à equipa para dar continuidade à atividade.

8. A instituição trabalha em rede com outras organizações, museus, associações ou empresas, no âmbito cultural ou demais setores, para melhor divulgar as suas atividades e ter acesso a outros programas/informações?

Sim, a instituição colabora com a realização de exposições de várias outras instituições públicas, como a assembleia da república, câmara de Lisboa, juntas de freguesia, as instituições solicitam com frequência auxílio do arquivo na preparação das exposições.

9. A instituição costuma promover ações de divulgação entre arquivos, bibliotecas e museus?

Não. Utiliza apenas o website para divulgar as ações culturais e educacionais.

10. Existe algum trabalho preparatório, anterior, ao momento de implementação de uma ação de divulgação?

Sim, a equipa procura trazer temas atuais que despertem o interesse tanto do público escolar como dos cidadãos.

11. Quanto ao website da instituição, considera a página convidativa e adequada para promover os serviços oferecidos? Acredita que seja necessária alguma alteração ou melhoria? Quais?

Não. A ferramenta de busca do website do Arquivo Nacional não é de todo efetiva, pois procura apenas uma “palavra-chave” e não permite a busca por temas.

A digitalização da maioria dos documentos não acompanha transcrição o que obriga o pesquisador a ter alguns conhecimentos de paleografia, ou não se percebe com exatidão a informação contida no documento.

Os pontos positivos são a ampla oferta de exposições virtuais, vídeos explicativos e com opção de língua gestual e links para outros serviços públicos ou websites de informações

relativas a história, como o website “Marca Património Europeu”, com informações a respeito da história da Europa. Esse website foi criado pela equipa da instituição.
Sim. Torná-la mais apelativa do ponto de vista gráfico e facilitar o acesso à informação.

12. A partir do desenvolvimento e da implementação das ações de difusão é perceptível alguma mudança no número de visitantes, pedidos de investigação ou alteração de comportamento dos usuários? Quais?

Dependendo das temáticas, sim. Registam-se mais pedidos de consulta da documentação e de marcação de visitas guiadas.

13. Que tipo de ações de divulgação que apresentam melhores resultados ou se adaptam melhor à instituição?

A utilização de outdoors, a divulgação nos meios de comunicação social e na internet.

14. Considera que os programas/ações de divulgação elaborados apresentam uma dimensão razoável quanto à utilização de novas tecnologias, nomeadamente imagens e vídeo?

Não. A instituição conta com uma equipa reduzida e poucos recursos, mas possui uma sala exclusiva para o recebimento dos visitantes, com ecrã, computadores e sistema de som.

15. Considera que recursos humanos empenhados na elaboração de ações de divulgação são os mais adequados, do ponto de vista da formação?

Não. Atualmente há somente uma pessoa responsável pelas ações educativas e não há equipa exclusiva para ações de divulgação das atividades.